

OFÍCIO Nº 30/2012 – CN
(Ofício nº 101/GP-DG/2012, na origem)

Ofício nº 101/GP – DG/2012

Brasília, 23 de março de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VITAL DO RÉGO
Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Prestação de Contas – 2011

Senhor Presidente,

Em referência ao disposto no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, bem como no art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, LDO 2011, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2011, acompanhado do Relatório Anual e Relatório de Gestão.

Atenciosamente,



Ministro Cezar Peluso
Presidente

Elia
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE PORTARIA/SECTOR
DE CORRESPONDÊNCIA

27/03/12



Conselho Nacional de Justiça

Relatório de Prestação de Contas do exercício de 2011

Relatório de prestação de contas referente ao exercício de 2011 apresentado em atendimento ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	4
3. COMPETÊNCIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
4. ATUAÇÃO DO CONSELHO EM 2011.....	6
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011.....	6
5.1 – Quadro de Créditos Orçamentários	6
Ação 2B65 - Ação Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos.....	6
Ação 2B66: Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário	6
Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	6
Ação 2010: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	6
Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	6
Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	6
Ação 4091: Capacitação de Recursos Humanos	6
Ação 2549: Comunicação e Divulgação Institucional	6
Ação 1K27: Modernização e Ação 11E6: E-jus	6
6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – COMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS	6
6.1 – Principais aspectos da composição dos Balanços	6
6.1.1 – Balanço Orçamentário	6
6.1.2 – Balanço Financeiro.....	6
6.1.3 – Balanço Patrimonial	6
6.1.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	6
6.1.5 – Demonstração das Disponibilidades	6
7. NOTAS EXPLICATIVAS	6
8. CONCLUSÃO	6

1. INTRODUÇÃO

A apresentação do Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decorre da obrigação legal do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 101 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2011.

O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante do Poder Judiciário Federal, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal.

Destacam-se dentre as realizações do CNJ no exercício de 2011 as deliberações do Plenário, sobretudo os atos normativos editados (Resoluções e Recomendações); as diversas ações da Corregedoria Nacional de Justiça, inclusive as inspeções realizadas; o Planejamento Estratégico Nacional; as ações voltadas à modernização tecnológica da Justiça e aquelas direcionadas à promoção da cidadania.

Ressalta-se, ainda, a criação do Plano Nacional de Capacitação Judicial (PNCJ), por meio da Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2011, e a Pesquisa de Clima Organizacional, pela qual foram captadas as percepções sobre o clima organizacional junto a servidores, magistrados, advogados, membros da advocacia pública, do Ministério Público, além das partes em processos judiciais.

Também mereceu relevo o levantamento realizado sobre os principais litigantes do Poder Judiciário e apresentado no Seminário “100 Maiores Litigantes”, no mês de maio de 2011, em São Paulo.

Foi criada ainda, mediante a Portaria nº 44, de 27 de maio de 2011, a Comissão Nacional de Metas, para definir e acompanhar os objetivos de desempenho do Poder Judiciário. No ano de 2011, outros programas e ações mereceram igual atenção, como o Projeto Começar de Novo, os Mutirões Carcerários e o Sistema Nacional de Bens apreendidos.

2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Nos termos do Art. 103-B da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 (quinze) membros, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

A atual composição do CNJ é a seguinte:

Presidente

Ministro do STF **Antonio Cezar Peluso**

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra do STJ **Eliana Calmon Alves**

Conselheiros

Ministro do TST **Carlos Alberto Reis da Paula**

Desembargador do TJSP **José Roberto Neves Amorim**

Desembargador do TRF da 1ª Região **Fernando da Costa Tourinho Neto**

Desembargador Federal do Trabalho do TRT da 9ª Região **Ney José de Freitas**

Juiz Estadual do TJRJ **José Guilherme Vasi Werner**

Juiz Federal de São Paulo **Silvio Luís Ferreira da Rocha**

Juiz do TRT da 12ª Região **José Lúcio Munhoz**

Procurador Regional da República da 5ª Região **Wellington Cabral Saraiva**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará **Gilberto Valente Martins**

Advogado **Jefferson Kravchychyn**

Advogado **Jorge Hélio**

Cidadão indicado pela Câmara dos Deputados **Marcelo Nobre**

Cidadão indicado pelo Senado Federal **Bruno Dantas**

3. COMPETÊNCIA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45 de 30 de dezembro de 2004 e instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília – DF.

O CNJ integra o Poder Judiciário, conforme art. 92, I-A da Constituição Federal, e tem atuação em todo território nacional. Nos termos do art. 103-B, § 4º da CF, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Além das competências acima alinhavadas, cabem ao CNJ as seguintes atribuições:

- Na Política Judiciária: zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações;
- Na Gestão: definir o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário;
- Na Prestação de Serviços ao Cidadão: receber reclamações, petições eletrônicas e representações contra membros ou órgãos do Judiciário, seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado;
- Na Moralidade: julgar processos disciplinares, assegurada ampla defesa, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, e aplicar outras sanções administrativas;
- Na Eficiência dos Serviços Judiciais: propor melhores práticas, buscando a celeridade - elaborar e publicar semestralmente relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o País.

Sua função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, é a de balizador de políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e à prestação jurisdicional. Assim, foi definida sua Missão, Visão de futuro, bem como suas diretrizes.

- Missão: contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com Moralidade, Eficiência e Efetividade, em benefício da sociedade.
- Visão de futuro: ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.
- Diretrizes: o trabalho do Conselho Nacional de Justiça compreende:
 - Planejamento estratégico e proposição de políticas judiciárias;
 - Modernização tecnológica do Judiciário;
 - Ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social;
 - Garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno, atualizado pela Emenda Regimental nº 1, de 9 de março de 2009, são órgãos que integram o Conselho Nacional de Justiça:

- I- o Plenário
- II- a Presidência
- III- a Corregedoria Nacional de Justiça
- IV- os Conselheiros
- VI- a Secretaria-Geral
- VII- o Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ
- VII – a Ouvidoria

A estrutura orgânica do CNJ foi atualizada pela Portaria nº 125, de 16 de novembro de 2011, em decorrência da aprovação da Lei nº 12.463, de 5 de agosto de 2011, que criou novos cargos e funções para este Conselho. A nova organização administrativa permitiu a instalação de unidades de apoio com a finalidade de ampliar a autonomia administrativa e financeira do órgão, bem como a melhor distribuição das atividades. Assim, o atual organograma do CNJ é o seguinte:

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
- 1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
- 3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência

Secretaria de Controle Interno

1. Seção de Auditoria
2. Seção de Apoio ao Controle Interno dos Tribunais
3. Seção de Acompanhamento dos Atos de Gestão
4. Seção de Acompanhamento da Execução de Contratos

Secretaria-Geral

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Departamento de Pesquisas Judiciárias
3. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
4. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
5. Assessoria de Cerimonial e Eventos
6. Secretaria de Comunicação Social
- 6.1. Coordenadoria de Comunicação Institucional e Imprensa
- 6.1.1. Seção de Mídias, Áudio e Vídeo
7. Secretaria Processual
- 7.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição
- 7.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização
- 7.1.2. Seção de Autuação e Distribuição
- 7.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos
- 7.2.1. Seção de Apoio ao Plenário
- 7.2.2. Seção de Processamento
- 7.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações
- 7.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões
8. Departamento de Gestão Estratégica
- 8.1. Centro de Gestão Estratégica e Projetos
- 8.1.1. Seção de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação
- 8.1.2. Seção de Gerenciamento de Projetos

- 8.2. Centro de Organização e Normatização
 - 8.2.1. Seção de Gestão de Processos
- 9. Departamento de Acompanhamento Orçamentário
 - 9.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União
 - 9.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União
 - 9.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual
- 10. Departamento de Tecnologia da Informação
 - 10.1. Centro de Políticas de Tecnologia da Informação
 - 10.2. Coordenadoria de Gestão de Sistemas
 - 10.2.1. Seção de Gestão de Sistemas Operacionais
 - 10.2.2. Seção de Sistemas Administrativos
 - 10.2.3. Seção de Sistema de Processamento Judiciário
 - 10.2.4. Seção de Sistemas Nacionais
 - 10.3. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura
 - 10.3.1. Seção de Banco e de Administração de Dados
 - 10.3.2. Seção de Administração de Redes
 - 10.3.3. Seção de Administração de Segurança de TI
 - 10.3.4. Seção de Atendimento ao Usuário
 - 10.3.5. Seção de Gerência de Hardware e Software
 - 10.3.6. Seção de Gerência de Soluções de Incidentes de Programas e Sistemas Nacionais

Diretoria-Geral

- 1. Núcleo de Apoio à Diretoria-Geral
 - 1.1. Seção de Passagens e Diárias
- 2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança
 - 2.1. Seção de Suporte Logístico aos Conselheiros e Juízes
 - 2.2. Seção de Segurança e Transportes
- 3. Comissão Permanente de Licitação
 - 3.1. Seção de Elaboração de Editais
 - 3.2. Seção de Licitações
- 4. Assessoria Jurídica
- 5. Secretaria de Administração
 - 5.1. Seção de Material e Patrimônio
 - 5.2. Seção de Compras
 - 5.3. Seção de Gestão de Contratos
 - 5.4. Seção de Almoxarifado
 - 5.5. Seção de Manutenção Predial e Arquitetura
 - 5.6. Seção de Serviços Gerais
 - 5.7. Seção de Copa e Limpeza
- 6. Secretaria de Orçamento e Finanças
 - 6.1. Seção de Contabilidade
 - 6.2. Seção de Análise e Liquidação
 - 6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
 - 6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- 7. Secretaria de Gestão de Pessoas
 - 7.1. Seção de Registros Funcionais
 - 7.2. Seção de Benefícios
 - 7.3. Seção de Legislação
 - 7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
 - 7.5. Seção de Educação Corporativa
 - 7.6. Seção de Pagamento

III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

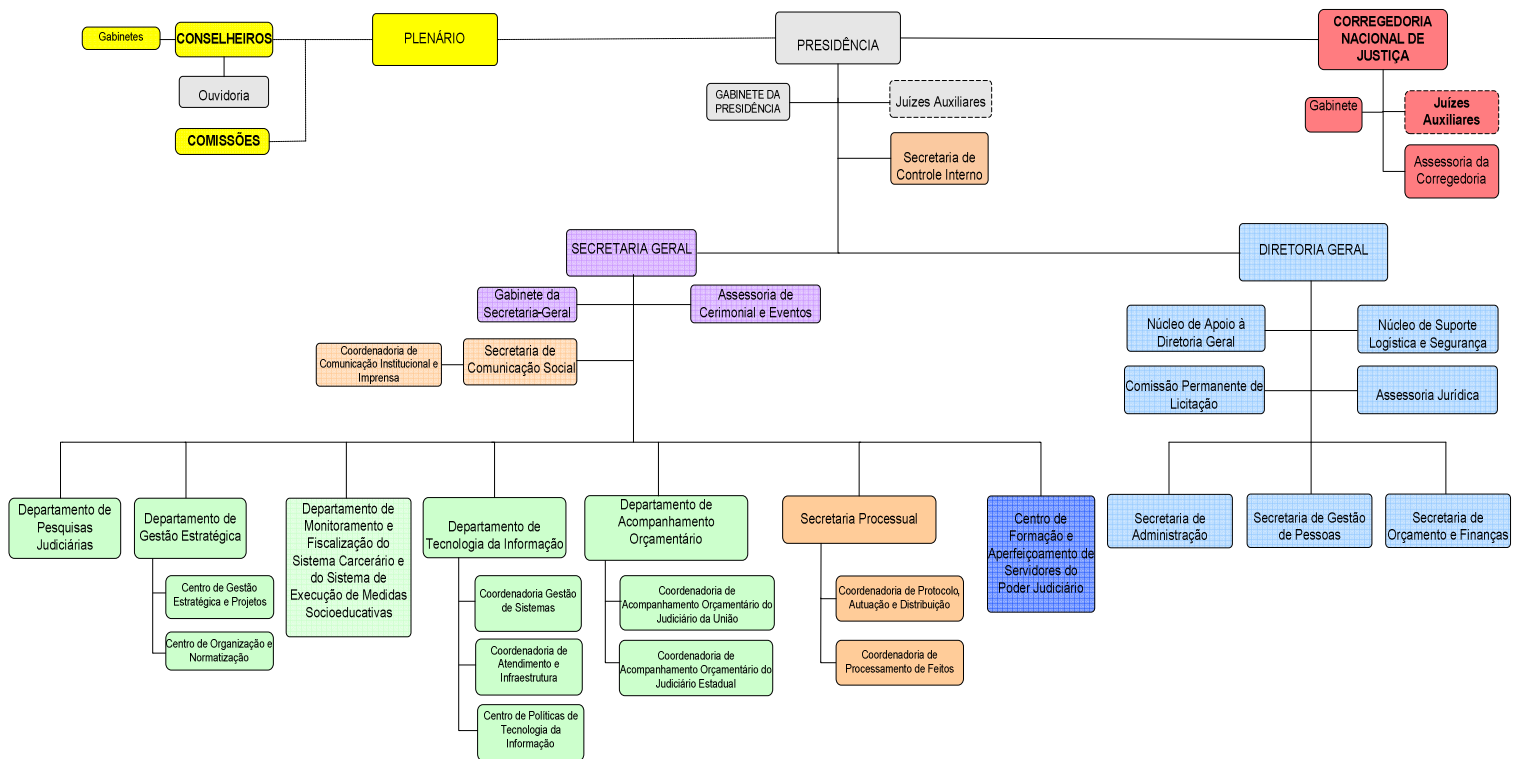
1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Corregedoria
3. Assessoria da Corregedoria

As atribuições de cada unidade administrativa estão descritas no Manual de Organização, aprovado pela Portaria nº 61 de 15/04/2010 e está disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-cnj/gestao-processos/manual_de_organizacao_cnj_2010.pdf

A nova estrutura organizacional do Conselho suscitou a necessidade de se proceder à nova atualização do Manual de Organização. Essa atividade já está em curso. Estima-se que o novo manual será submetido à aprovação neste primeiro trimestre de 2012.

Figura 1. Organograma do Conselho Nacional de Justiça.

ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno e Portaria nº 125, de 16/11/2011)



LEGENDA
 - - - - - Relação Funcional
 - - - - - Subordinação Hierárquica

4. ATUAÇÃO DO CONSELHO EM 2011

No Quadro 2 estão descritos os objetivos estratégicos que o CNJ busca atingir, por intermédio do gerenciamento e execução de projetos e ações e o cumprimento de suas atribuições. Esses objetivos foram aprovados por meio da Portaria n° 18, de 19/2/2010, que instituiu o Plano Estratégico do CNJ para o período de 2010 a 2014.

Estão discriminados também, de forma resumida, as principais realizações do CNJ em 2011, alinhadas a cada objetivo estratégico traçado. Estes dados foram extraídos do Relatório Anual do CNJ, elaborado em conformidade com o art. 103-B, §4º, inciso VII, da Constituição Federal, que contém as principais atividades do CNJ no ano de 2011. O relatório anual segue anexo ao presente documento.

Quadro 1. Objetivos estratégicos do Conselho Nacional de Justiça e ações realizadas em 2011.

Tema	Objetivo	Descrição	Atividades/projetos realizados em 2011
Fiscalização e Correição	Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.	Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os Princípios Constitucionais Administrativos e com a Legislação.	- Atuação da Secretaria de Controle Interno: Auditoria de Avaliação da Gestão, de Acompanhamento da Gestão e dos bens doados; Ações de Controle Prévio dos procedimentos licitatórios; Ações de apoio aos tribunais (cursos de capacitação); - Inspeções da Corregedoria.
	Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.	Realizar ações de prevenção e correição no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário. (Observar Lei Orgânica da Magistratura e Código de Ética da Magistratura Nacional).	- Procedimentos disciplinares realizados pela Corregedoria: Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas; - 4.337 processos julgados em 2011 pela Corregedoria.
Alinhamento e Integração	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário	Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazos (continuidade).	- Ações nas Varas de execuções penais e tribunais do júri; - Gestão de precatórios; - Grupo de estudos: segurança de magistrados; - Gestão das metas nacionais do poder judiciário.
	Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ	Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.	- Sistema nacional de controle de interceptações telefônicas; - Cumprimento da Resolução n° 80/2009 do CNJ; - Cumprimento da Resolução n° 81/2009 do CNJ; - Metas estabelecidas para o Subgrupo 2

			do grupo de persecução criminal com a finalidade de integrar ações voltadas ao aperfeiçoamento da segurança pública.
	Garantir a precisão diagnóstica da realidade do Judiciário	Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário subsidiando a elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça em números 2011; - Tabelas processuais unificadas; - Parametrização das tabelas processuais unificadas; - Realização das pesquisas: <ul style="list-style-type: none"> • Custo unitário do processo de execução fiscal na Justiça Federal (Termo de Cooperação nº 26/2009) • Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e eficácia da regulação pública; • Inter-relações entre o processo administrativo e judicial, a partir da identificação de contenciosos, cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa; - Relatório 100 maiores Litigantes; - Tratativas de cooperação com a área de telefonia; - Avaliação do desempenho judicial: desafios, experiências internacionais e perspectivas; - Pesquisa-síntese: demandas repetitivas e a morosidade na justiça cível brasileira; - Pesquisa-síntese: panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009; - Pesquisa-síntese: a execução fiscal no Brasil e o impacto no Judiciário; - Estudo comparado sobre recursos, litigiosidade e produtividade: a prestação jurisdicional no contexto internacional; - Cadastro Nacional dos Entes Públicos – CNEP; - Clima organizacional e satisfação do usuário - DPJ/DGE; - Estudo sobre a execução de medidas socioeducativas de internação na região norte; - Justiça ao jovem – DPJ/DMF; - Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis; - Custo e tempo das ações cíveis na justiça estadual de primeiro grau: uma análise comparativa; - Reincidência penal no Brasil; - Termo de Cooperação com a Capes para realização de pesquisas acadêmicas; - Realização de seminários para apresentação do resultado das pesquisas realizadas;

			- Justiça aberta.
	Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.	Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de meios eletrônicos de pagamento em salas de audiência; - Programa de modernização dos cartórios extrajudiciais da Amazônia Legal; - Sistema nacional de bens apreendidos; - Cadastro nacional de ações civis públicas; - Modernização da infraestrutura dos tribunais; - SREI – Sistema de Registro Eletrônico Imobiliário; - Termo de compromisso relacionado à Cedae; - Protocolo de intenções nº 02/2010 celebrado com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; - Fábrica de software; - Nivelamento de TIC nos tribunais; - Numeração única; - INFOJUD; - RENAJUD; - Programa Nacional de Gestão Documentos e Memória do Poder Judiciário – PRONOME; - Sistema CNJ – Projudi; - Malote digital; - Sistema eletrônico de execução penal.
	Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.	Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.	<ul style="list-style-type: none"> - Auditoria realizada pelas unidades de controle interno dos tribunais sob a orientação da Secretaria de Controle Interno do CNJ; - Ação de capacitação dos tribunais.
Atuação Institucional	Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.	Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população. Coordenar ações convergentes das Agências governamentais para melhor administração da Justiça.	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação em relação às autorizações de viagem internacional de crianças e adolescentes; - Cadastro Nacional de Adoção; - Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos; - Cadastro Nacional de Adolescente em Conflito com a Lei; - Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Prisionais; - Cadastro Nacional de Atos de Improbidade Administrativa; - Projeto espaço livre – aeroportos; - Padronização das certidões de nascimento, casamento e óbito e utilização de papel de segurança unificado; - Projeto de integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas (curso sobre drogas); - SIRC – Sistema de Informações de Registro Civil; - Pai presente;

			<ul style="list-style-type: none"> - Registro civil de nascimento nas maternidades; - Protocolo de condutas a serem adotadas em caso de calamidades ambientais.
	Aprimorar a comunicação com públicos externos	<p>Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ações da Assessoria de Cerimonial e Eventos; - Agência CNJ de notícias; - Comunicação Institucional; - Sistema de Comunicação do Judiciário (SICJUS); - Portal CNJ; - Canal do CNJ no Youtube; - Boletim do Magistrado; - Números da Comunicação em 2011; - Curso do Poder Judiciário para jornalistas; - Fórum Nacional do Judiciário para a saúde; - Grupo de apoio aos tribunais – GAT; - Reformulação e atualização do sistema INFOJURIS; - Ouvidoria.
Atuação Institucional	Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.	<p>Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Bem como fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão socioambiental; - Programa Justiça ao Jovem; - Crack nem pensar; - Mutirões carcerários; - Programa Justiça na Escola; - Projeto Cidadania, Direito de Todos; - Cartilha da pessoa presa e cartilha da mulher presa; - Começar de novo; - Cartilha do empregador; - Grupo das mulheres encarceradas. - Grupo de trabalho dos juizados de execução penal; - Calculadora de execução penal. - Sistema “geopresídios”; - Grupo de trabalho de construção dos estabelecimentos penais; - Mutirão das medidas de segurança (BA); - Projeto eficiência; - Curso de aperfeiçoamento em execução Penal; - Visita ao sistema de justiça criminal chileno; - Encontro nacional de execução penal e III seminário da justiça criminal; - Curso de gestão de varas criminais e de execução penal à distância; - Participação na estratégia nacional de justiça e segurança pública (ENASP); - Efetividade da lei Maria da Penha; - Mês da criança no Judiciário; - Fórum de Assuntos Fundiários; - Depoimento especial de crianças e adolescentes;

			<ul style="list-style-type: none"> - Autorizações internacionais de viagem de crianças e adolescentes brasileiros; - Comissão sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul; - Grupo de trabalho para medidas quanto à violência nos estádios de futebol; - Doar é legal;
Eficiência Operacional	<p>Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.</p>	<p>Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema eletrônico de marcação e alteração de férias; - Sistema eletrônico de acertos financeiros de benefícios; * Sistema de frequência on-line; * Margem consignável on-line; * Sistema eletrônico de horas extras; - Sistema E-CNJ DMF; - Aprimoramento dos juizados especiais estaduais e federais; * Juizados especiais nos aeroportos; - Mobilização nacional das audiências concentradas em favor das crianças e adolescentes; - Projeto Mutirão “Judiciário em dia”; - Sistema de acompanhamento dos processos de relevância social – Justiça Plena; - Projeto Mutirão em Execução Fiscal; - Projeto Mutirão Servidores Públicos Federais; - Conciliação em Sistemas Financeiros da Habitação; - Grupo executivo de apoio às atividades notariais e registro (GC – 9); - Termos de Acordo de Cooperação firmados pela Corregedoria Nacional de Justiça em 2011; - Comitê Permanente de Apoio à Redação, Análise Técnica e Adequação das Propostas de Atos Normativos; - Resoluções e Recomendações editadas pelo Plenário do CNJ; - 21 sessões plenárias; - Número de processos autuados e arquivados em 2011.
	<p>Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.</p>	<p>Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.</p>	
Gestão de Pessoas	<p>Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e</p>	<p>Garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Eventos externo de capacitação; - Eventos internos de capacitação; - Bolsas de estudo; - Estágio estudantil; - Programa de ressocialização de sentenciados;

	servidores.		<p>- Gestão por competências.</p> <ul style="list-style-type: none"> * Pesquisa sobre o grau de maturidade das práticas de educação corporativa do Poder Judiciário; * Cursos de Formação de Tutores e Coordenadores de Educação à Distância; * Premiações recebidas: As 25 melhores práticas de E-learning, e foi reconhecido pelo projeto “O Modelo de Educação a Distância do Poder Judiciário”; * Fórum de Educação à Distância do Poder Judiciário;
	Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da Estratégia.	Elevar o nível de comprometimento e motivação dos conselheiros, magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.	<p>- Edição de instruções normativas referentes a direitos dos servidores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio saúde • Licença capacitação • Alteração da IN referente ao auxílio-moradia.
Infraestrutura e Tecnologia	Garantir a infraestrutura apropriada às atividades.	Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.	
	Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.	Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.	<ul style="list-style-type: none"> - Processo Judicial Eletrônico – Pje; - Comitê Nacional de Gestão de TI e Comunicação do Poder Judiciário; - Modelo Nacional de Interoperabilidade; - Nivelamento de TIC e modernização da infraestrutura dos tribunais; - Sistema de acompanhamento de processos disciplinares contra magistrados; - Estratégia nacional de combate à corrupção e lavagem de dinheiro; - Sistema de gestão de precatórios; - Sistema de cadastro de devedores inadimplentes (CEDIN); - Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP).
Orçamento	Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.	Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Comitê técnico de orçamento e finanças.

Figura 2. Mapa Estratégico do Conselho Nacional de Justiça.



5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2011

5.1 – Quadro de Créditos Orçamentários

O quadro abaixo apresenta o detalhamento por Ações das dotações destinadas ao CNJ no Orçamento Geral da União em 2011 e suas alterações durante o exercício.

Quadro 2. Detalhamento por Ações das dotações destinadas ao CNJ e a respectiva execução física e financeira.

PROJ / ATIV	TÍTULO	PRODUTO S/ UNIDADES DE MEDIDAS DAS AÇÕES	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO DA DESPESA				
			DOTAÇÃO ATUALIZADA	META FÍSICA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	META FÍSICA
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	PESSOA ATENDIDA / UNIDADE	813.968,00	414	438.383,57	396.282,27	396.282,27	42.101,30	187
2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	CRIANÇA ATENDIDA / UNIDADE	177.872,00	22	173.210,78	173.210,78	173.210,78	-	29
2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDOR BENEFICIADO / UNIDADE	16.840,00	22	16.004,10	16.004,10	16.004,10	-	23
2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	SERVIDOR BENEFICIADO / UNIDADE	1.099.080,00	129	1.090.955,17	1.090.955,17	1.090.955,17	-	129
2549	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	MATÉRIA VEICULADA / UNIDADE	6.400.000,00	2032	6.234.809,31	5.482.832,74	5.482.474,54	751.976,57	2131
2B65	APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	PROCESSO JULGADO / UNIDADE	50.855.251,00	660	42.833.707,04	39.416.936,15	39.384.302,25	3.416.770,89	6704
2B66	COORDENACAO NACIONAL DE ESTATISTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIARIO	PESQUISA APOIADA / UNIDADE	3.200.000,00	25	1515.519,60	909.330,40	909.330,40	606.189,20	23
4091	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	SERVIDOR CAPACITADO / UNIDADE	1.200.000,00	167	841.844,77	748.783,48	748.783,48	93.061,29	736
1E6	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NO PODER JUDICIARIO (E-JUS)	SISTEMA IMPLANTADO / % EXECUÇÃO FÍSICA	45.756.222,00	19	35.299.777,87	17.512.327,04	17.446.366,25	17.787.450,83	11.041
1K27	MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO DA JUSTICA BRASILEIRA	PROJETO IMPLANTADO / % EXECUÇÃO FÍSICA	61.354.100,00	18	60.861.652,56	14.140.187,27	14.140.113,11	46.721.465,29	17.111
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	-	1813.633,00		1.562.898,59	1.560.698,59	1.560.698,59	2.200,00	
T O T A L			172.686.966,00		150.868.763,36	81.447.547,99	81.348.520,94	69.421.215,37	

Fonte: SIAFI Gerencial e SIGPLAN

Ação 2B65 - Ação Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

As ações Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais estão intimamente ligadas à atividade finalística do órgão. Engloba as despesas decorrentes de remuneração de pessoal e encargos dos servidores e dos Conselheiros do Conselho, bem como as despesas administrativas necessárias à manutenção e funcionamento do órgão, tais como contratação de serviços terceirizados destinados ao apoio administrativo, área de eventos e comunicação social, manutenção e conservação de moveis e imóveis, abastecimento da frota, aquisição de materiais, bens permanentes, ferramentas, softwares e aplicativos para soluções de Tecnologia da Informação.

Essas ações tiveram dotação inicial de R\$ 55.344.884,00. Desses, 19.521.619,57 foram utilizados para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 24.874.986,06 para as despesas de manutenção administrativa e de investimentos do órgão.

Quadro 3. Execução das Ações 2B65 e 09HB.

2B65 - APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES 09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES- RPSPF.	Orçamento Disponível	Execução Orçamentária	Execução Financeira	R P Inscrito
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.245.884,00	19.521.619,57	18.690.726,15	830.893,42
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.834.177,66	22.456.854,86	20.452.637,25	1.994.163,46
4 - INVESTIMENTOS	2.418.131,20	2.418.131,20	1.801.637,44	593.914,01
TOTAL	45.498.192,86	44.396.605,63	40.945.000,84	3.418.970,89

Obs: A coluna orçamento disponível refere-se à dotação final, excluído o valor contingenciado.

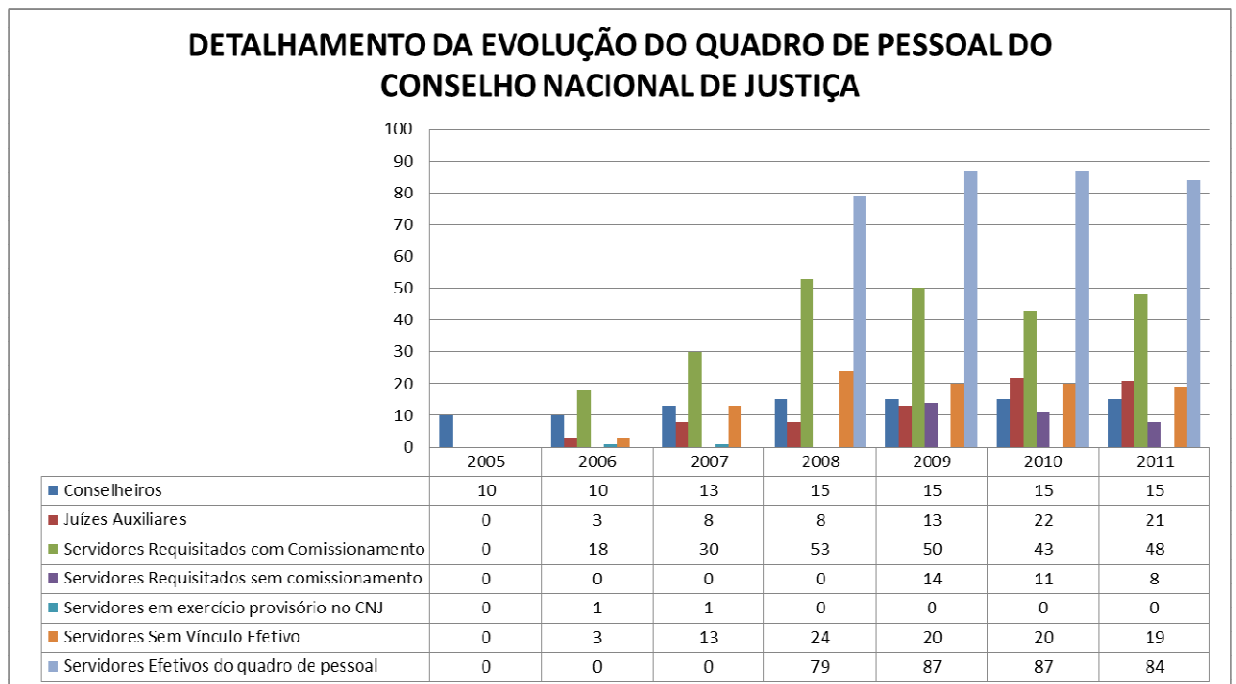
Embora imbuído de atribuições relevantes e complexas, o quadro de recursos humanos do CNJ ainda é bastante reduzido, fato que pode ser constatado nos gráficos abaixo.

Gráfico 1. Evolução do Quadro de Pessoal no CNJ.



Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH

Gráfico 2. Detalhamento da Evolução do Quadro de pessoal do CNJ.



Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH

O gráfico abaixo apresenta a evolução efetiva do gasto total com pessoal e encargos sociais no Conselho nos anos de 2006 a 2011.

Gráfico 3. Evolução da Despesa com pessoal no CNJ.



Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH

Quadro 4. Evolução da despesa com pessoal no CNJ.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA				
DESPESA COM PESSOAL - ORÇAMENTO FISCAL (PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS)				
EXERCÍCIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	DESPESA EXECUTADA (B)	SALDO (A - B)	DOTAÇÃO EXECUTADA (B / A)
2006	2.271.202,00	2.271.202,00	0	100,00%
2007	4.827.122,00	4.826.029,59	1.092	99,98%
2008	8.568.074,00	8.568.074,00	0	100,00%
2009	19.072.712,00	18.115.980,76	956.731	94,98%
2010	19.111.534,00	18.813.345,51	298.188	98,44%
2011	20.245.884,00	19.521.619,57	724.264	96,42%

Fonte: SIAFI

Observa-se uma elevação substancial dos gastos com pessoal a partir do ano de 2009, relacionada principalmente a Lei nº 11.618, de 20/12/2007, que criou 88 cargos efetivos (56 cargos de Analista Judiciário e 32 cargos de Técnico Judiciário), 17 cargos comissionados e 21

funções comissionadas no âmbito do Conselho. Outros fatores que contribuíram para a elevação dos gastos foi a revisão das remunerações dos servidores do Poder Judiciário, a requisição de um maior número de juízes auxiliares e a revisão dos subsídios da magistratura. Impende observar que os gastos com pessoal no CNJ envolvem unicamente pessoal ativo, inexistindo, até a presente data, gastos com pessoal inativo ou pensionista.

Embora os gastos com pessoal no CNJ ainda não tenham um volume expressivo se comparado a outros órgãos do Poder Judiciário, devido à incipiência do órgão, a tendência é que os gastos com recursos humanos sejam incrementados nos próximos anos em virtude da iminente ampliação do seu quadro de pessoal, haja vista a aprovação da Lei nº 12.463/2011, que criou 100 cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 110 cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 27 cargos em comissão e 76 funções comissionadas. Ademais, encontram-se ainda em tramitação legislativa projetos de Lei que incrementarão reflexamente os gastos com a folha de pagamento, quais sejam os Projetos de Lei nº 7.560/2006, que dispõe sobre o pagamento da retribuição pecuniária aos membros do Conselho Nacional de Justiça e aos juízes auxiliares, nº 7749/2010, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nº 6.613/2009 e 319/2007, que alteram dispositivos na Lei nº 11.416/2006.

Ressalta-se que a incrementação do quadro de pessoal do CNJ é medida necessária e essencial para a manutenção da excelência dos serviços prestados pelo órgão.

A Ação 2B65 teve como meta prevista o julgamento de 660 processos. O resultado obtido foi a solução de 6.704 processos, incluídos neste número os processos julgados, com decisões monocráticas, baixados e arquivados por perda de objeto.

Ação 2B66: Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário

A ação A2B66 é de responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, ao qual incumbe, nos termos da Lei nº 11.364/2006, desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; e fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.

Desse modo, a Ação em referência busca fornecer insumos que possibilitem o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a prestação jurisdicional, instalação e manutenção de banco de dados relativo às pesquisas realizadas e selecionadas, realização de eventos e difusão de resultados de estudos e pesquisas, contratação de instituições de estudo e pesquisa.

Essa ação teve dotação inicial de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). A meta prevista na LOA para 2011 era o apoio a 25 (vinte e cinco) pesquisas. No final do exercício, a ação sofreu um contingenciamento no valor de R\$ 1.640.040,00 (um milhão, seiscentos e quarenta mil e quarenta reais), e houve um remanejamento de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) em decorrência de reavaliação do planejamento.

Vale destacar que em 2011 a meta alcançada foi de 23 (vinte e três) pesquisas apoiadas, ou seja, 92% de cumprimento da meta. Entretanto, esse percentual não reflete o quantitativo de trabalho do Departamento de Pesquisas Judiciárias, pois são realizadas outras pesquisas, a exemplo da “Justiça em Números”, que não envolvem um gasto direto, pois são executadas pelo próprio Departamento com a utilização de ferramentas adquiridas em anos anteriores (Software “SPSS” de análise estatística).

Ademais a Ação também engloba a realização de eventos e difusão de resultados de estudos e pesquisa, e que não se enquadra no conceito da unidade de medida da ação - “Pesquisa Apoiada”. Dessa forma, a realização de um seminário, por exemplo, também deveria ser considerado como uma unidade de medida de pesquisa apoiada, para fins de mensuração da meta realizada.

Apresenta-se abaixo a análise dos principais resultados alcançados pelas ações do DPJ.

A - Programa Permanente

A.1. Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário – SIESPJ

A.1.1. Relatório Justiça em números

O SIESPJ tem como principal objetivo a coleta de dados estatísticos padronizados e confiáveis, que possibilitam a realização de comparações, diagnósticos, análises estatísticas, mensurações e avaliações de desempenho e produtividade de órgãos, unidades, magistrados e servidores, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões no processo de planejamento e gestão estratégica das instituições do Judiciário.

O relatório Justiça em Números divulga anualmente informações sobre o panorama do Judiciário Brasileiro com base nos dados coletados no ano anterior. É uma pesquisa permanente do Departamento de Pesquisas Judiciárias e abrange as seguintes categorias: I - Insumos, dotações e graus de utilização: a) Receitas e despesas; b) Estrutura; II - Litigiosidade: a) Carga de trabalho; b) Taxa de congestionamento; c) Recorribilidade e reforma de decisões; III - Acesso à Justiça; IV - Perfil das Demandas.

Ao longo de 2011 foram concluídos os anexos dos indicadores estatísticos do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar da União e dos Tribunais de Justiça Militar

dos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que ainda não constavam nos anexos da Resolução n. 76/2009. As próximas edições do Relatório Justiça em Números já apresentarão os indicadores estatísticos desses órgãos que passarão a compor o SIESPJ, cujas informações abrangerão todo o Poder Judiciário.

Realizou-se no dia 29 de agosto de 2011 o "IV Seminário Justiça em Números", que contou com especialistas internacionais, a fim de ampliar o debate sobre estatísticas do Poder Judiciário no mundo e, ainda, com o objetivo de apresentar os principais resultados do Relatório de 2010. O documento que sintetiza as principais falas, pronunciamentos e intervenções realizados no seminário pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/relat_seminario_jn2010_dpj.pdf

Neste evento foi possível levar ao conhecimento do público a primeira análise comparativa da série histórica (anos 2009 e 2010) utilizando-se o mesmo conjunto de indicadores da Resolução n. 76/2009. Foram apresentados os comparativos entre os processos criminais e não criminais; fiscais e não fiscais, além de avaliações pontuais sobre dados da despesa pública nos dois anos investigados. Os números revelaram que, pela primeira vez desde o início da coleta de dados do SIESPJ, houve redução do quantitativo de casos novos. Enquanto que em 2009 ingressaram 25,2 milhões de processos nas esferas federal, estadual e do trabalho, esse montante sofreu redução aproximada de 3,9% no ano seguinte, uma vez que foram contabilizados 24,2 milhões de casos novos em 2010,

Foi possível observar que, entre 2009 e 2010, houve aumento da taxa de congestionamento da Justiça na ordem de 2,6%. Outro indicador revelou que o maior gargalo encontra-se na fase de execução do 1o Grau da Justiça Estadual, onde a taxa de congestionamento chega a 89,8%. Análise ainda mais específica revelou que as execuções fiscais respondem pela maior parte desta taxa, com um congestionamento de 91,6%.

Os principais resultados obtidos no Relatório "Justiça em Números" são apresentados na tabela abaixo, contendo os dados agregados da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal. Ressalta-se que a tabela foi atualizada ao longo dos meses de outubro e novembro de 2011, no período de retificação de informações. Por essa razão, os dados a seguir podem diferir daqueles apresentados na última publicação do Justiça em Números que constam na página do CNJ.

Quadro 5. Resultados Justiça em Números

Indicador	Justiça em Números - 2010		
	Federal	Estadual	Trabalho
Despesas e Receitas			
Despesa Total da Justiça	R\$ 6.487.340.490	R\$ 23.879.860.039	R\$ 10.673.100.893
Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	0,18%	0,65%	0,29%
Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	0,44%	4,96%	0,72%
Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	R\$ 33,6	R\$ 123,6	R\$ 55,2
Despesa com Recursos Humanos	R\$ 5.920.758.120	R\$ 20.647.717.888	R\$ 10.190.829.936
Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	91%	86%	95%
Total de Receitas	R\$ 6.189.599.085	R\$ 8.022.122.476	R\$ 3.370.428.638
Total de Receitas em Relação à Despesa Total da Justiça	95%	34%	32%
Recursos Humanos			
Total de Magistrados	1.819	11.664	3.117
Total de Servidores	37.990	236.306	47.395
Total de Pessoal do Quadro Efetivo	23.907	148.232	35.390
Total de Pessoal sem Vínculo	158	11.606	209
Total de Pessoal Requisitado	1.505	8.721	3.883
Total da Força de Trabalho Auxiliar	12.965	70.028	9.594
Total de Pessoal Cedido	545	2.281	1.681
Total de Servidores da Área Judiciária	18.727	138.209	28.910
Magistrados por 100.000 habitantes	0,9	6,0	1,6
Força de Trabalho por 100.000 habitantes	20	122	25
Litigiosidade no 2º Grau, no 1º Grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais - Variáveis			
Total de Casos Novos Eletrônicos	1.998.340	944.588	53.206
Total de Casos Novos	3.166.766	17.464.889	3.326.257
Total de Casos Novos Criminais	121.139	3.136.670	nd
Total de Casos Novos Não-Criminais	3.045.627	14.328.219	3.326.257
Total de Casos Pendentes	7.929.680	49.185.632	3.278.903
Total de Casos Pendentes Criminais	221.234	6.035.110	nd
Total de Casos Pendentes Não-Criminais	7.708.446	43.150.522	3.278.903
Total de Processos Baixados	3.386.186	17.217.095	3.444.576
Total de Processos Baixados Criminais	148.013	2.895.605	nd

Total de Processos Baixados Não-Criminais	3.238.173	14.321.490	3.444.576
Total de Sentenças e de Decisões que põem fim à relação processual	2.870.562	16.555.840	3.454.119
Total de Sentenças e Decisões Criminais	61.500	2.286.328	nd
Total de Sentenças e Decisões Não-Criminais	2.809.062	14.269.512	3.454.119
Justiça em Números - 2010			
Indicador	Federal	Estadual	Trabalho
Litigiosidade no 2º Grau, no 1º Grau, nas Turmas Recursais e nos Juizados Especiais - Indicadores			
ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	67%	6%	2%
Casos Novos por 100.000 habitantes	1.544	8.553	1.350
Casos Novos por Magistrado	1.640	1.417	837
Casos Novos por Servidor da Área Judiciária	159	120	90
Carga de Trabalho dos Magistrados	6.353	5.815	2.319
Sentenças e Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	1.578	1.419	1.108
Taxa de Congestionamento	69%	74%	48%
Processos Baixados por Caso Novo	107%	99%	104%
Litigiosidade no 2º Grau - Variáveis			
Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	54.167	2.744	14.620
Casos Novos no 2º Grau	445.141	1.852.997	560.180
Casos Novos no 2º Grau Criminais	18.701	357.088	nd
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	426.440	1.495.909	560.180
Casos Pendentes no 2º Grau	959.528	1.477.906	244.598
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	22.305	229.434	nd
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	937.223	1.248.472	244.598
Total de Processos Baixados no 2º Grau	445.264	1.711.500	576.069
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	22.230	335.852	nd
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	423.034	1.375.648	576.069
Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	476.783	1.844.785	684.911
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	18.737	345.671	nd
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	458.046	1.499.114	684.911
Litigiosidade no 2º Grau - Indicadores			
Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	12%	0%	3%
Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	230	959	290
Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	3.297	1.139	1.109
Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no 2º Grau	125	112	71
Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	11.896	2.359	1.877

Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	3.532	1.146	1.356
Taxa de Congestionamento no 2º Grau	68%	49%	28%
Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	100%	92%	103%
Justiça em Números - 2010			
Indicador	Federal	Estadual	Trabalho
Litigiosidade no 1º Grau - Variáveis			
Casos Novos			
Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	380.972	140.214	38.586
Casos Novos no 1º Grau	915.773	11.279.339	2.766.077
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau	466.817	7.508.617	2.020.034
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	93.171	1.512.311	nd
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	373.646	5.996.306	2.020.034
Casos Novos de Execução no 1º Grau	448.956	3.770.722	746.043
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	298.697	3.040.189	28.656
Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	275.232	2.831.912	22.883
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	23.465	208.277	5.773
Casos Novos de Execução Judicial no 1º Grau	150.259	730.533	717.387
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.003	175.063	nd
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.145	95.099	nd
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	144.111	460.371	717.387
Casos Pendentes			
Casos Pendentes no 1º Grau	4.607.748	42.839.116	3.034.305
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau	1.024.894	18.775.136	1.143.845
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	172.589	3.707.357	nd
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	852.305	15.067.779	1.143.845
Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	3.582.854	24.063.980	1.890.460
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	3.052.704	22.036.965	126.955
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	2.946.612	20.848.168	108.436
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	106.092	1.188.797	18.519
Casos Pendentes de Execução Judicial no 1º Grau	530.150	2.027.015	1.763.505
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	7.341	675.446	nd
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de	9.795	234.698	nd

Liberdade no 1º Grau			
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	513.014	1.116.871	1.763.505
Indicador	Justiça em Números - 2010		
	Federal	Estadual	Trabalho
Processos Baixados			
Total de Processos Baixados no 1º Grau	1.205.483	10.769.476	2.868.507
Total de Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	601.355	7.910.902	2.028.315
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	117.308	1.356.124	nd
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	484.047	6.554.778	2.028.315
Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	604.128	2.858.574	840.192
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	286.718	2.185.177	45.993
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	271.428	1.997.171	41.081
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	15.290	188.006	4.912
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	317.410	673.397	794.199
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.088	164.521	nd
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	2.691	47.167	nd
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	312.631	461.709	794.199
Sentenças			
Total de Sentenças no 1º Grau	893.844	10.234.762	2.769.208
Sentenças de Conhecimento no 1º Grau	370.526	6.727.045	2.022.139
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	39.211	957.264	nd
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	331.315	5.769.781	2.022.139
Sentenças em Execução no 1º Grau	523.318	3.507.717	747.069
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	262.185	2.351.593	23.118
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	248.721	2.203.777	20.182
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	13.464	147.816	2.936
Sentenças em Execução Judicial no 1º Grau	261.133	1.156.124	723.951
Sentenças em Execução de Penas Privativas de	1.195	130.082	nd

Liberdade no 1º grau			
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.479	37.496	nd
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	258.459	988.546	723.951
Justiça em Números - 2010			
Indicador	Federal	Estadual	Trabalho
	Litigiosidade no 1º Grau e Juizados Especiais - Indicadores		
Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	1%	50%	2%
Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	1.087	7.388	1.060
Casos Novos por Servidor da Área Judiciária no 1º Grau	142	118	98
Carga de Trabalho no 1º Grau	14760	121.164	20.990
Sentenças por Magistrado no 1º Grau	5.757	6.350	2.453
Taxa de Congestionamento no 1º Grau	1.289	1.440	1.060
Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	71%	76%	51%
Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	58%	65%	36%
Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	85%	85%	68%
Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	111%	100%	104%
Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	105%	109%	100%

Os Relatórios completos do "Justiça em Números" podem ser acessados pelo endereço eletrônico: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios>.

A.1.2. Parametrização das Tabelas Processuais Unificadas

O DPJ realizou o trabalho de parametrização entre as variáveis da Resolução 76/2009 do CNJ e as classes das Tabelas Processuais Unificadas da Resolução nº 46/2007, no âmbito das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral.

O objetivo deste trabalho foi o de uniformizar o entendimento e o preenchimento dos dados nas variáveis que integram o Relatório "Justiça em Números" e, com isso, assegurar a confiabilidade das informações prestadas pelos Tribunais integrantes do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário-SIESPJ.

B. Pesquisas Contratadas

B.1. Termo de Cooperação n° 26/2009 – Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal

Esta pesquisa foi realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, por intermédio do Termo de Cooperação n. 2/2010 -CNJ/IPEA. O objetivo do estudo foi auferir os custos relativos ao processamento dos executivos fiscais no âmbito do judiciário federal, considerando fatores como despesas, tempo e insumos despendidos para operacionalizar a matéria fiscal. O cálculo do custo do processo de execução fiscal foi uma iniciativa pioneira que, além de promover a discussão do assunto em bases concretas, permitiu a construção de um modelo de custos dos processos judiciais a partir do processo de execução fiscal. Da aplicação de métodos multivariados, calculou-se o custo real e o tempo médio de um procedimento de execução fiscal da União, a fim de fornecer subsídios para o planejamento de políticas judiciárias voltadas para o setor.

A pesquisa, finalizada no mês de fevereiro de 2011, teve a apresentação de seus resultados no Seminário "Processo de Execução Fiscal", ocorrido em 21 de março de 2011 no auditório do Superior Tribunal de Justiça. O evento contou com a presença de autoridades, magistrados e servidores que atuam na área e teve o objetivo de proporcionar o debate a respeito das principais conclusões da pesquisa.

O relatório completo está disponível no endereço eletrônico: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_ipea_exec_fiscal.pdf e http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/apres_seminario_execucao.pdf

B.2. Contrato n° 60/2009 – Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial sob a perspectiva da segurança jurídica no plano da concorrência econômica e da Eficácia da Regulação Pública.

A pesquisa desenvolvida pela Universidade de São Paulo pretendeu avaliar a eficiência pela perspectiva do tempo concorrencial exigido pela dinâmica dos mercados regulados e também a segurança jurídica proporcionada pela revisão judicial de decisões do CADE e das Agências Reguladoras sobre os agentes econômicos. As análises estatísticas e econométricas da base de dados, bem como as análises qualitativas dos casos ilustrativos das agências reguladoras e do CADE, permitiram a construção de propostas de políticas públicas voltadas ao Judiciário, tais como o tratamento conferido às decisões administrativas proferidas por colegiado qualificado e independente e às agências reguladoras e, finalmente, ao Legislativo, quando as medidas sugeridas ultrapassaram as possibilidades existentes no marco legal corrente.

A pesquisa teve seus resultados apresentados no seminário "A Revisão Judicial das Decisões Administrativas de Regulação e no Plano da Concorrência", realizado no Conselho Nacional de Justiça no dia 11 de abril de 2011.

O relatório está disponível no seguinte endereço eletrônico:
http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_usp_edital1_2009.pdf.

B.3. Contrato nº 65/2009 – Inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, a partir da identificação de contenciosos cuja solução deveria ser tentada previamente na esfera administrativa, com ênfase nos processos de execução fiscal.

A pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul teve por escopo investigar o efeito da duplicidade de instâncias para a efetivação da justiça e das relações fisco-contribuinte e seus efeitos para a realização de justiça.

A pesquisa dimensionou o impacto desses contenciosos administrativos na demanda por serviços do judiciário, detendo-se nos processos de execução fiscal. A partir das conclusões da pesquisa foi apresentado um conjunto de propostas visando à melhoria da atuação jurisdicional brasileira em relação à matéria.

O estudo foi concluído em março de 2011, com apresentação dos resultados e debates no Seminário "O Processo de Execução Fiscal - Interrelação entre o Administrativo e o Juo7c/a", ocorrido no Conselho Nacional de Justiça no dia 12 de abril de 2011.

A íntegra da pesquisa está disponível em:
http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_ufrgs_edital1_2009.pdf.

C. Estudos e Projetos Desenvolvidos pelo DPJ

C.1. Estudos Publicados

C.1.1. Relatório 100 Maiores Litigantes

O levantamento sobre os principais litigantes do Poder Judiciário pretendeu identificar os conflitos oriundos das demandas de massa, visto que contribuem efetivamente para o congestionamento do sistema judiciário. A partir da utilização do mecanismo de identificação dos grandes demandantes foi possível diagnosticar onde residem os gargalos e as inoperâncias, a fim de que seja viável deliberar sobre a adoção de políticas judiciais efetivas para o aperfeiçoamento da gestão judiciária.

Portanto, o DPJ realizou em 2010 o primeiro levantamento sobre os 100 Maiores Litigantes. Esses dados foram consolidados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias e apresentados, nos dias 2 e 3 de maio de 2011, em São Paulo, no Seminário "100 maiores litigantes". O encontro reuniu representantes das entidades que mais recorrem à Justiça, no intuito de debater alternativas para reduzir o grande número de processos envolvendo esses órgãos.

Em vista da importância em dar continuidade a este projeto, o DPJ propôs a realização de novo levantamento sobre os 100 maiores litigantes no ano de 2011. O período da coleta de dados tem previsão de encerramento em dezembro de 2011 e o relatório com os resultados deverá ser publicado em março de 2012.

O documento está disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf.

C.1.2. Tratativas de cooperação com a Área de Telefonia

Após a realização do Seminário "Os 100 Maiores Litigantes" em maio de 2011, o DPJ recebeu ofício do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SINDITELEBRASIL propondo a realização de reuniões com o Conselho Nacional de Justiça com vistas à reduzir o passivo judicial relativo aos serviços de telefonia fixa e móvel.

Em decorrência da proposta apresentada, o DPJ realizou diversas reuniões com o SINDITELEBRASIL, com a Agência Nacional de Telecomunicações e com representantes das empresas OI, EMBRATEL, TELEFÔNICA, VIVO, TIM, CLARO, GVT, SERCOMTEL e CTBC, a fim de conjugar esforços para tentar diminuir o número de processos concernentes aos serviços de telefonia em tramitação no Poder Judiciário.

Firmou-se o compromisso de realizar no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, especificamente na 1ª instância dos Juizados Especiais Cíveis, um Projeto Piloto na Central de Conciliação e Mediação e Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre - RS, em 1ª Instância, promovendo a conciliação e a mediação nas causas em que são partes as empresas de telefonia filiadas ao SINDITELEBRASIL e signatárias do Termo. Teve como fundamento a Resolução nº 125/2010, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e atribui ao Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ o acompanhamento estatístico específico.

Não obstante os esforços realizados pelo DPJ/CNJ e pela ANATEL, a iniciativa restou infrutífera uma vez que, mesmo o plano tendo sido aprovado junto aos órgãos jurídicos das referidas empresas de telefonia, o SINDITELEBRASIL não apresentou concordância com os termos do acordo.

C.1.3. Avaliação do desempenho judicial: desafios, experiências internacionais e perspectivas.

A partir da análise das respostas formuladas por 10 países acerca do desempenho judicial em suas respectivas cortes de justiça, elaborou-se o estudo sobre as iniciativas de Avaliação de Desempenho Judicial (ADJ) e dos desafios inerentes à sua implantação. O exame do fenômeno em outros países possibilitou extrair elementos importantes na área do desempenho judicial internacional e conferir subsídios para a discussão do tema no Brasil. O documento traz uma visão geral de como a questão vem sendo tratada em várias partes do mundo, apresenta parâmetros específicos utilizados para avaliação de tribunais, traz informações sobre a avaliação de magistrados em diferentes países e apresenta os resultados de seminário organizado pela International Organization for Judicial Training (Organização Internacional para a Formação Judicial).

O documento está disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/40-211-1-PB.pdf>

C.1.4. Pesquisa-síntese: Demandas repetitivas e morosidade na Justiça Cível Brasileira

Este estudo teve como objetivo principal apresentar as análises do DPJ a respeito dos resultados obtidos nos relatórios finais das três pesquisas contratadas para investigar o tema das demandas repetitivas e a morosidade judiciária: Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Os estudos destas instituições parceiras apresentaram abordagens e escopos diferentes e complementares que propiciaram a análise da morosidade judicial sob diferentes prismas.

O súbito aumento na demanda por serviços judiciais até o ano de 2009, em função dos fenômenos da democratização e garantias de direitos no Brasil, não contou com adequado aparelhamento da estrutura para sua oferta. Gerou-se uma situação de significativo congestionamento e de elevada morosidade na prestação dos serviços judiciais. Em face dessa realidade, faz-se necessário não somente analisar os aspectos relativos à estrutura dos órgãos judiciários e de como processam os litígios e os administram, mas também questionar como as demandas judiciais se formam e se desenvolvem até se consolidarem, sobretudo as demandas massivas. Concluiu-se, portanto, que o Poder Judiciário deve empreender ações de caráter proativo para o efetivo combate do problema, passando pelo aperfeiçoamento da gestão judicial, pela legitimação dos mecanismos alternativos de resolução de conflito, pela elaboração de políticas de redução e filtros de demandas judiciais e pela cooperação interinstitucional com órgãos da Administração Pública.

A íntegra do documento está disponível em; http://w\AAw.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_sintese_morosidade_dpj.pdf

C.1.5. Pesquisa-síntese: Panorama do acesso à justiça no Brasil, 2004 a 2009.

O suplemento de vitimização e justiça da PNAD 2009 é resultado da cooperação estabelecida entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dos resultados consolidados foi possível descortinar informações sobre o acesso ao Poder Judiciário. O estudo foi elaborado sob a perspectiva daqueles que viveram conflitos em um período de cinco anos (2004 a 2009) e procuraram o Estado, incluindo o Judiciário, ou espaços institucionais alternativos. A metodologia utilizada permitiu construir o panorama dos tipos de conflitos vivenciados pelos cidadãos e identificar o local institucional em que a solução foi alcançada, bem como o grau de resolutividade das entidades de pacificação de conflitos. Além disso, tomou possível investigar os motivos pelos quais a Justiça não foi procurada e, ainda, o grau de celeridade para o alcance das soluções de litígios.

O documento contendo tais análises está disponível em : http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/relat_panorama_acesso_pnad2009.pdf

C.1.6. Pesquisa-Síntese: A Execução Fiscal no Brasil e o impacto no Judiciário.

Este documento teve o objetivo de sistematizar os resultados das pesquisas realizadas sobre o tema das execuções fiscais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e apresentar reflexões sobre os resultados trazidos pelas instituições parceiras, com o olhar nos dados obtidos no Relatório "Justiça em Números". O estudo tem a finalidade de motivar o debate sobre possíveis rumos para a execução fiscal no Brasil, com vistas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional para o sistema judicial como um todo.

Segundo dados do "Justiça em Números", as execuções fiscais foram responsáveis por quase 1/3 das ações em tramitação na Justiça em 2010, ano que ingressaram 2,8 milhões de casos novos desse tipo no 1º Grau da Justiça Estadual e 275.232 na Justiça Federal. Esses casos novos foram somados ao total de mais de 23 milhões de processos judiciais pendentes nas esferas federal e estadual, a maioria (20,8 milhões) tramitava na Justiça Estadual, colaborando para agravar o congestionamento desse ramo da Justiça¹. Desconsiderando a fase de conhecimento e analisando-se

¹ Observando-se que 45% dos processos pendentes na Justiça Estadual consistiam, ao fim de 2009, de executivos fiscais e considerando-se, ainda, o percentual de 92% de congestionamento na 1ª instância da justiça estadual para os casos de execução fiscal.

apenas os processos que tramitavam na fase de execução dos três ramos de Justiça, o montante de processos de execução² fiscal se torna bem mais expressivo, já que representam 76% do total. Ressalte-se que, na Justiça Federal, também em fase de execução, o percentual de processos de execução fiscal alcançou 79% dos processos em andamento no exercício de 2009.

Ao apresentar o panorama da execução fiscal brasileira, concluiu-se que a adoção de medidas que resolvam o problema do processamento de executivos fiscais será importante para o desempenho global do Judiciário. Foi proposto um amplo rol de soluções legais e procedimentais, que prescindem de ampla discussão a fim de eleger as medidas a serem tomadas para a simplificação e racionalização dos procedimentos da execução fiscal.

O documento está disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/pesq_sintese_exec_fiscal_dpj.pdf

C.1.7. Estudo comparado sobre recursos, litigiosidade e produtividade: prestação jurisdicional no contexto internacional

Este estudo pretendeu fazer uma análise comparativa internacional a fim de situar o panorama da prestação jurisdicional em diferentes países. A análise buscou apresentar dados relativos aos recursos, litigiosidade e produtividade de diversos países da Europa, da América Latina e dos Estados Unidos que, futuramente, podem ser usados para se verificar em que medida há, de fato, uma aproximação entre as realidades destes diversos países no que diz respeito à capacidade dos Estados de processarem e julgarem seus conflitos.

O estudo exploratório representou um exercício comparativo entre os países observando-se, como pano de fundo, o contexto específico de refinamento das teorias administrativas gerenciais que impactaram na administração pública de modo global e que, em decorrência, induziram ao alcance de melhores resultados e produtividade na oferta dos serviços públicos.

O documento está disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/relat_estudo_comp_inter.pdf

C.2. Projetos

C.2.1. Cadastro Nacional dos Entes Públicos – CNEP

O Cadastro Nacional de Entes Públicos - CNEP compreende os entes da Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O CNEP foi

² Não são consideradas as execuções criminais.

desenvolvido com o objetivo de facilitar a identificação dos entes públicos, demandantes e demandados, por meio da padronização do cadastramento durante a autuação dos processos judiciais nos órgãos do Poder Judiciário Nacional. O Cadastro pretende ainda auxiliar o preenchimento das variáveis referentes ao acesso à justiça e ao perfil das demandas do Relatório Justiça em Números (Resolução n. 76/2009 - CNJ).

O sistema foi concluído em novembro de 2011 e pode ser acessado por juizes e servidores cadastrados pelo endereço eletrônico www.cnj.jus.br/corporativo.

D. Pesquisas em parceria com outras áreas do CNJ

D.1. Clima organizacional e Satisfação do Usuário – DPJ/DGE

A pesquisa de clima organizacional desenvolvida pelo DPJ em parceria com o Departamento de Gestão Estratégica ficou disponível para preenchimento e envio de dados durante o mês de setembro de 2011. Foram captadas as percepções sobre o clima organizacional junto a servidores e magistrados, bem como a percepção dos usuários dos tribunais, ou seja, advogados, membros da advocacia pública, do Ministério Público, estagiários de direito, além das partes em processos judiciais.

Os questionários foram respondidos por três públicos distintos: magistrados, servidores e usuários diretos das serventias judiciais. A redação das perguntas procurou ser realizada de modo claro e objetivo e captou dimensões bem identificáveis do clima organizacional e da satisfação do usuário.

No caso do questionário dedicado à coleta de informações sobre a satisfação dos usuários, foram consideradas as seguintes dimensões na análise dos dados: 1) atendimento aos usuários; 2) pontualidade e acesso aos magistrados; 3) instalações e acesso às serventias do Judiciário; 4) aspectos da política de comunicação dos órgãos.

Após o tratamento da base de dados, o DPJ elaborou relatórios descritivos dos resultados consolidados por Tribunal e por instância e encaminhou ao Departamento de Gestão Estratégica proposta de elaboração de relatório analítico com fundamento na crítica do banco de dados e na análise de inconsistências.

D.2. Estudo sobre a Execução de Medidas Socioeducativas de Intenção na Região Norte. Justiça ao Jovem – DPJ/DMF

O Departamento de Pesquisas Judiciárias e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização Carcerária, unidos em parceria, produziram este relatório a partir dos dados sobre a situação das

medidas socioeducativas de internação do Programa Justiça ao Jovem, tomando-se por base as informações colhidas em campo na Região Norte.

A principal finalidade do documento foi a de aportar subsídios à atuação do CNJ na adoção de políticas orientadoras para o sistema de garantias de direitos dos jovens em conflito com a lei e subsidiar a atuação de outros órgãos ou instituições que tenham sob sua responsabilidade a execução da medida socioeducativa.

Um panorama global sobre a situação do cumprimento das medidas socioeducativas de internação em todo o Brasil está em desenvolvimento, a partir do amplo banco de dados construído a partir das visitas realizadas pelo DMF/CNJ, com previsão de finalização em meados de 2012.

E. Pesquisas em desenvolvimento

E.1. Diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis

Encontra-se em andamento o Termo de Cooperação a ser firmado com o IPEA para a realização do diagnóstico sobre os Juizados Especiais Cíveis em três estados brasileiros. A pesquisa pretende especificar: a) a estrutura organizacional, o estoque de capital, os recursos humanos disponíveis e os instrumentos de acesso à justiça; b) o perfil dos magistrados, serventuários, jurisdicionados e seus procuradores, bem como a sua percepção sobre as condições de acesso à justiça; c) o perfil da demanda atual e das ações com baixa definitiva no ano de 2010, incluindo investigação sobre possíveis movimentos de migração dos juizados especiais cíveis para as varas comuns da Justiça Estadual; d) o modo como vêm sendo implantadas as centrais de conciliação, das quais trata a Resolução CNJ n° 125, de 29 de novembro de 2010.

E.2. Custo e tempo das ações cíveis na justiça estadual de primeiro grau: Uma análise comparativa

O DPJ iniciou, em outubro de 2011, as tratativas para o estabelecimento de Termo de Cooperação em conjunto com o IPEA para o desenvolvimento de pesquisa com o objetivo de apresentar as diferenças no tempo e nos custos da prestação jurisdicional entre as justiças estaduais de distintas unidades da federação, correlacionando indicadores de duração, custo e qualidade processual.

Pretende-se, ao final do estudo, fornecer subsídios para a formulação de políticas judiciárias voltadas à redução da morosidade e a melhor eficiência da gestão judiciária.

E.3. Reincidência Penal no Brasil

O DPJ iniciou entendimentos com o IPEA no sentido de realizar pesquisa sobre reincidência penal. O objetivo central do projeto é determinar a taxa de reincidência criminal nos estados com maior concentração de penas privativas de liberdade, especificando a taxa de reincidência por espécie de delito e por perfil demográfico e sócio-econômico do autor e ainda a taxa de reincidência dos apenados submetidos a penas privativas de liberdade e a outras modalidades de sanção criminal, tais como penas alternativas ou meramente restritivas de direitos.

E.4. Termo de Cooperação com a Capes para realização de Pesquisas Acadêmicas

Encontra-se em andamento o Termo de Cooperação N. 01/2010 com a CAPES para o incentivo e a concessão de bolsas de estudo com vigência até o primeiro trimestre de 2015. O objetivo do Programa é ampliar a busca por aprimoramento do Sistema Judiciário, por meio do espírito de pesquisa, do intercâmbio de informações, da difusão de novos conhecimentos, do estímulo à formação de um quadro de pesquisadores e, principalmente, da apropriação do conhecimento científico para a identificação de seus problemas e respectivas soluções. Doze projetos foram selecionados e estão sendo monitorados para o acompanhamento dos objetivos propostos.

Observa-se que em 22/12/2011 a CAPES realizou a devolução de recursos no montante de R\$44.440,40 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e quarenta centavos), não utilizados no exercício de 2011.

F. Seminários realizados

Processo de Execução Fiscal.

Objetivo do Seminário: Apresentar a pesquisa do IPEA a respeito do Custo Unitário do Processo de Execução na Justiça Federal.

Data: 21 de março de 2011.

Horário: 14h00 às 18h00.

Local: Auditório da PGR - (Auditório JK) - Procuradoria-Geral da República. SAF Sul Quadra 4 Conjunto C, Brasília/DF.

A Revisão Judicial das Decisões Administrativas de Regulação e no Plano da Concorrência.

Objetivo do Seminário: Apresentação da pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) contratada pelo CNJ no âmbito do EditalCNJ N° 01/2009.

Data: 11 de abril de 2011.

Horário: 15h00 às 18h00.

Local: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - SEPN 514 Bloco "B" lote 7, 1o Andar, Asa Norte Brasília-DF.

O Processo de Execução Fiscal: Interrelação entre o Administrativo e o Judicial.

Objetivo do Seminário: Apresentação da pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) contratada pelo CNJ no âmbito do Edital CNJ N° 01/2009.

Data: 12 de abril de 2011.

Horário: 14h30 às 18h00.

Local: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - SEPN 514 Bloco "B" lote 7, 1o Andar, Asa Norte Brasília-DF.

Os 100 maiores litigantes

Objetivo do Seminário: Debater novas bases para a relação entre os grandes litigantes e o sistema judicial brasileiro.

Data e Horário: 2 e 3 de Maio de 2011 -14:00 às 17:00 / 9:00 às 17:00 Local: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Gabinetes dos

Desembargadores da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça - Edifício MMDC - Auditório (antigo teatro Hilton) - Avenida Ipiranga, 165 - Centro - São Paulo, SP.

IV Seminário Justiça em Números

Objetivos:

- 1) Destacar a importância dos dados estatísticos como instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de desempenho;
- 2) Apresentar e debater os dados do relatório Justiça em Números de 2010;
- 3) Aumentar o nível de conhecimento de sistemas estatísticos judiciários nacionais e internacionais e seus principais indicadores.
- 4) Favorecer o intercâmbio, o debate e a troca de experiências entre os operadores de estatísticas judiciais.

Data: 29 de agosto de 2011. Horário: Das 8h30 às 18h.

Local: Escola de Magistratura Federal da 1a Região (ESMAF) de Brasília-Sector de Clubes Sul, trecho 2, lote 21.

G. Gestão Socioambiental

Iniciado em maio de 2008, o Programa de Gestão Socioambiental - PGSA é pautado nas Recomendações nº 11 e 27, bem como na Resolução nº 114 do CNJ. De acordo com a Resolução nº 70, que considera a responsabilidade socioambiental um dos atributos de Valor Judiciário para a Sociedade, o DPJ tem, entre os seus objetivos acompanhar a aplicabilidade das ações relacionadas à questão social e ambiental, promover a integração da Gestão Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário, assim como aproximar o Poder Judiciário junto aos diferentes ramos do Poder Público. A interlocução entre os tribunais, instrumento fundamental para o bom funcionamento das atividades executadas pelo Poder Judiciário, é promovida por meio da Rede Socioambiental do CNJ, que atualmente conta com mais de 700 colaboradores, representados por 89 tribunais e 41 instituições entre públicas e privadas. A referida rede possui colaboradores em todas as unidades da federação que recebem por meio do e-list um informativo semanal.

O Fórum de Gestão Socioambiental - FGSA é outra ferramenta importante para aprimorar a troca de experiências entre os órgãos do Poder Judiciário. Desde 2009, quando foram criados os primeiros fóruns de discussão do CNJ, o FGSA se destaca pelo seu dinamismo, por contar com mais pessoas cadastradas, maior número de tópicos e mensagens postadas. Atualmente o FGSA possui 480 pessoas cadastradas. No mesmo ano, o CNJ Socioambiental iniciou o clipping de notícias sobre as atividades sociais e ambientais nas diferentes esferas do Poder Público. Essa ferramenta, que é atualizada semanalmente, possibilita informar para a sociedade a efetividade das ações praticadas pelos núcleos ou comissões ambientais/socioambientais do Poder Judiciário brasileiro.

Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

O benefício da Assistência Médica atualmente é prestado na forma de auxílio, de caráter indenizatório, mediante ressarcimento parcial de despesas com planos privados de assistência à saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário.

Com o intuito de proporcionar aos servidores, empregados e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental, a meta física desta ação, em 2011, foi o atendimento de 414 (quatrocentos e quatorze) beneficiários. Para esta finalidade foram disponibilizados R\$ 813.968,00 (oitocentos e treze mil e novecentos e sessenta e oito reais).

No entanto, a execução financeira distanciou-se bastante da programação, pois foi utilizada a importância da R\$ 438.383,57 (quatrocentos e trinta e oito mil e trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), e foram beneficiadas 187 (cento e oitenta e sete) pessoas.

A distorção quantitativa entre a meta prevista inicialmente e o que efetivamente foi realizado deveu-se à possibilidade de adesão ao Plano de Saúde do STF-MED por parte dos servidores deste Conselho, assim como dos seus dependentes, o que não foi concretizado.

Contudo, em outubro de 2011 houve a transferência da administração do benefício de assistência à saúde do Supremo Tribunal Federal para esse Conselho, concomitante a adoção de novas regras para o ressarcimento do benefício, conforme Instrução Normativa nº 5/2011. Tendo em vista o reajuste dos valores de reembolso, acompanhando as cifras impostas pelo mercado de planos de saúde privados, o referido benefício está apresentando um contínuo aumento do número de beneficiários, acarretando um melhor aproveitamento dos recursos orçamentários previstos para essa ação.

Ação 2010: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Este benefício tem por objetivo conceder a assistência pré-escolar aos servidores e empregados que tenham filhos na faixa etária de zero a seis anos.

Foi necessário um crédito suplementar, no valor de R\$ 30.000,00, para atender a demanda desse benefício, que superou 30,7% da previsão inicial. Com a injeção do crédito, a ação executou 97,38% do orçamento previsto para o benefício.

A meta física prevista era o atendimento a 22 (vinte e duas) crianças, e a meta realizada foi de 29 (vinte e nove). Deste modo, verifica-se que a meta definida foi atingida pelo CNJ.

Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Destina-se a assegurar aos servidores e empregados o pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa.

Os recursos orçados totalizavam o montante de R\$ 16.840,00 (dezesesseis mil e oitocentos e quarenta reais) e a meta física era de 22 (dezenove) beneficiários, tendo sido executado R\$ 16.004,10 (dezesesseis mil e quatro reais e dez centavos) e beneficiados 23 (vinte e um) servidores, o que atende à programação orçamentária e financeira.

Como houve uma demanda de beneficiários maior que a prevista para essa ação, em torno de 6%, foi necessário um crédito suplementar, no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais), para atender o quantitativo executado. Liquidou-se 95,04% do orçamento reservado para essa ação.

Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Objetiva conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, auxílio-alimentação para custeio das despesas com alimentação aos servidores e empregados. Em relação ao Auxílio-Alimentação, foi destinada a dotação de R\$ 1.099.080,00 (um milhão, noventa e nove mil e oitenta reais), com a meta física de 129 (cento e vinte e nove).

Verifica-se que a execução orçamentária aproximou-se bastante da previsão orçamentária, atingindo o total de R\$ 1.090.955,17 (um milhão, noventa mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos). Quanto à execução física da ação, foram beneficiados 129 (cento e vinte e nove) servidores, que representa 100% de realização da meta prevista.

Ação 4091: Capacitação de Recursos Humanos

A finalidade é proporcionar aos integrantes do CNJ a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades com maior produtividade, por meio de oferecimento de cursos, bolsas de pós-graduação e de língua estrangeira, treinamentos, seminários e outros eventos.

Foi disponibilizado inicialmente para capacitação em 2011 o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), destes, após remanejamento de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e contingenciamento de R\$ 355.934,29 (trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte nove centavos), restaram em disponibilidade R\$ 844.065,71 (oitocentos e quarenta e quatro mil, sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

No ano de 2011, houve algumas dificuldades para consecução da capacitação dos servidores. Dentre elas, podem ser destacadas: a não realização de eventos internos no primeiro trimestre, tendo em vista a demora na compilação dos resultados do LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento; a mudança na organização do 3º Fórum de Educação a Distância, que a princípio previa a participação da ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância como organizadora do evento, mas que por razões alheias ao CNJ não pode prestar o serviço, o qual foi executado pela Seção em parceria com outras unidades do CNJ e com a participação do Tribunal Superior do Trabalho, utilizando, em sua maioria, orçamento de outras fontes; não terem ingressado no Órgão os novos servidores referente às vagas criadas pela Lei 12.463/2011; a não execução em 2011 do Seminário de Comunicação com Mídia Training de Porta-Vozes do CNJ; dentre outras dificuldades de menor relevância, mas que prejudicaram o total cumprimento orçamentário.

Importante destacar que muitas vezes tem-se dificuldade em fazer com que os servidores participem dos eventos oferecidos, tendo em vista que o CNJ possui um quantitativo de pessoal pequeno, o que inviabiliza a saída dos servidores durante o horário de expediente.

Diante dessa realidade, tomaram-se medidas no sentido de viabilizar o preenchimento de todas as vagas oferecidas por evento, convidando outros Órgãos a participarem, dentre eles, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Ressalta-se, ainda, a realização de alguns eventos de capacitação em parceria com o Supremo Tribunal Federal que trouxe economia para a contratação de eventos importantes realizados durante o ano, possibilitando que o CNJ desembolsasse apenas o proporcional ao número de participantes do Órgão e não por “turmas fechadas”, gerando, não somente uma economia monetária, mas possibilitando a contratação de eventos de alto padrão para a capacitação dos Gestores.

Apesar dos problemas relatados, a Seção cumpriu grande parte dos projetos e atividades previstas para 2011, executando 99,74% do orçamento disponível e capacitando um número bem maior de servidores do que o previsto inicialmente, 736 vagas preenchidas em capacitação, superando em 91,17% o quantitativo inicialmente previsto.

Cabe destacar que, dos valores empenhados para capacitação, R\$ 128.902,11 se refere a dispêndio com bolsas de estudo de língua estrangeira e pós-graduação.

Ademais, ficaram em restos a pagar R\$ 76.752,11 (setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e onze centavos) referentes a processos de capacitação e R\$ 16.308,58 (dezesseis mil, trezentos e oito reais e cinquenta e oito centavos) referentes a processos de bolsa de estudo.

Ação 2549: Comunicação e Divulgação Institucional

Esta ação objetiva informar a sociedade sobre as atividades desenvolvidas pelo CNJ por meio de realização de campanhas de publicidade institucional e a divulgação por intermédio da mídia em geral. A Ação é de responsabilidade da Secretaria de Comunicação Social do CNJ.

A dotação disponível atualizada destinada para a referida ação foi de R\$ 6.400.000,00. Deste valor foi empenhado o valor de R\$ 6.234.809,31, que corresponde a 97% de execução financeira.

Foram inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 751.976,57, que referem-se a obrigações do exercício anterior que não foram liquidadas, decorrentes de contratos de prestação de serviços na área de comunicação social e divulgação institucional, cujas empresas contratadas atrasaram na apresentação das respectivas notas fiscais.

A meta física prevista para 2011 era de 2.032 matérias veiculadas. Foi realizado 105% dessa meta, sendo veiculadas 2.131 matérias.

O total de matérias veiculadas é um fator importante no trabalho de comunicação, mas não reflete perfeitamente todos os produtos, tampouco é fiel à execução orçamentária, já que grande parte

do orçamento é utilizada em produtos como a captação das sessões plenárias, produção do programa “Sessão CNJ”, realização de campanhas publicitárias, produção de materiais gráficos, entre outros.

O principal papel da Secretaria de Comunicação Social no bojo do mapa estratégico do CNJ é “Aprimorar a comunicação com públicos externos”, e atingindo-se a marca de matérias veiculadas é uma das principais formas de difundir os fatos de relevância do CNJ e garantir a transparência do órgão.

Ação 1K27: Modernização e Ação 11E6: E-jus

A finalidade da Ação 1K27 é modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação e comunicações, de gestão estratégica, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.

O objetivo da Ação 11E6 é aprimorar o modelo de gestão do processo eletrônico visando à razoável duração do processo judicial.

É importante frisar que, no ano de 2011, 66,45% do Orçamento disponível do CNJ foi destinado para as Ações de Tecnologia da Informação.

As ações são de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ, e a sua execução visa prover o nivelamento da Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Resolução nº 90, de 29/09/2009.

A meta física prevista para a Ação 1K27 foi 18, e o resultado alcançado foi 17,11. A meta prevista para a Ação 11E6 foi 19, e o resultado alcançado foi 11,04. Para apuração da meta realizada somente foram consideradas no SIGPLAN as despesas liquidadas e pagas.

No que se refere à execução orçamentária, a ação 1K27 atingiu o percentual de 99,19% e a ação 11E6 o percentual de 77,14%.

Os montantes dos recursos orçados, liquidados e inscritos em restos a pagar não processados, estão discriminados nos quadros abaixo:

EJUS	
Orçamento inicial	70.257.500,00
Orçamento final	45.756.222,00
Valores contingenciados	10.456.444,13
Valores pagos	17.446.366,25
Despesas inscritas em restos a pagar	17.787.450,83

MODERNIZAÇÃO	
Orçamento inicial	53.278.000,00
Orçamento final	61.354.100,00
Valores contingenciados	492.447,44
Valores pagos	14.140.113,11
Despesas inscritas em restos a pagar	46.721.465,29

Contratos de aquisições para o CNJ:

Contrato nº 31/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa MTEL Tecnologia S.A., para a aquisição de infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para Datacenter, Switches de acesso, treinamento, garantia e suporte (Pregão Eletrônico 48/2010 - Processo 339.046) - Valor: R\$ 695.000,00;

Contrato nº 44/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa MTEL Tecnologia S.A., para a aquisição de infra estrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para Datacenter, Switches de acesso, treinamento, garantia e suporte (Pregão Eletrônico 48/2010 - Processo 339.046) - Valor: R\$ 255.000,00;

Contrato nº 46/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa NTC - Núcleo de Tecnologia e conhecimento em informática Ltda., para o fornecimento de solução de operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais (Pregão presencial nº 49/2011 - Processo 347.068) - Valor: R\$ 44.976.578,00

Contrato nº 50/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa Aceco TI Ltda., de prestação de serviços especializados para o fornecimento e instalação de Sala-Cofre certificada com base nas normas NBR-15247 e NBR-60529 (Inexibilidade de Licitação - Processo nº 347.163) - Valor: R\$ 8.690.000,00.

Contratos de serviços:

Contrato nº 49/2011 - Contrato de prestação de serviços especializados em Tecnologia da Informação para manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo

Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos do Judiciário, que entre si celebram a União, por intermédio do CNJ e a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda. (Pregão Presencial nº 40/2011 - Processo nº 345.346) - Valor: R\$ 10.032.617,04.

Contrato nº 42/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda., para prestação de serviços de atendimento a usuários de Tecnologia da Informação (Central de atendimento ou Service Desk - Pregão Eletrônico nº 35/2011 - Processo nº 346.315) - R\$ 1.488.000,00

Contrato nº 24/2010 - Termo Aditivo do Contrato de prestação de serviços de suporte em Tecnologia da informação, que entre si celebram a União, por intermédio do CNJ e a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda. (Pregão Presencial 32/2010 - Processo 339.725) - Objeto: Prorrogação da vigência do contrato, por 12 meses, a partir de 10/08/2011. - Valor principal: R\$ 298.120,85;

Termo de Cooperação nº 005/2011 - Termo de Cooperação que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região -Ampliação e aprimoramento do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe (Processo nQ 346.015) - Valor do repasse em 2011: R\$ 4.367.626,98.

Contrato nº 47/2008 - Contrato de prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico de licenças dos softwares business objects enterprise Professional XI release 2 e de business objects web intelligence, que celebram a União, por intermédio do CNJ e a empresa Cast Informática S.A. (Pregão Eletrônico nº 30/2008 - Processo nº 333.292) - Valor: R\$ 11.898,00.

Contrato nº 48/2008 - Contrato de prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico de softwares Geogestão Business Server - versão 4.0, que entre si celebram a União, por intermédio do CNJ e a empresa NTC - Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda (Pregão Eletrônico nº 30/2008 -Processo nº 333.292) -Valor: R\$ 215.000,00.

Contrato nº 007/2009 - Contrato de prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de Geoprocessamento, que entre si celebram a União, por intermédio do CNJ e a empresa NTC - Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda (Pregão Eletrônico nº 30/2008 - Processo nº 333.292) -Valor: R\$ 298.980,00.

Contrato nº 48/2010 - Contrato celebrado União, por intermédio do CNJ e a Empresa Brasileira de Telecomunicações EMBRATEL para prestação de serviços de Rede Wan de Tráfego de dados, voz e videoconferência entre os órgãos do Poder Judiciário (Pregão Presencial nº 29/2010 - Processo nº 339.559) - Valor: R\$ 414.515,16.

Contratos de aquisições para doações:

Contrato nº 11/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa Epson Brasil Indústria e comércio Ltda., para aquisição de Scanners (Pregão Eletrônico nº 55/2010 - Processo 341.658) - Qtd.: 35 unidades - Valor total: R\$ 27.320,65.

Contrato nº 09/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa Microsol Tecnologia S/A para a aquisição de No-breaks (Pregão Eletrônico 56/2010 - Processo 341.870) - Qtd.: 3.003 unidades - Valor: R\$ 525.525,00

Contrato nº 10/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa Itaotec S.A - Grupo Itaotec, para a aquisição de Microcomputadores (Pregão Eletrônico 57/2010 - Processo 341.869) - Qtd.: 3.003 - Valor: R\$ 4.611.887,28.

Contrato nº 21/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa LTA-RH Informática Comércio, Representações Ltda., para a aquisição e instalação de Computadores Servidores (Pregão Eletrônico 54/2010 - Processo 341.482) - Qtd: 22 unidades - Valor: R\$ 534.556,00;

Contrato nº 37/2011 - Contrato celebrado entre a União, por intermédio do CNJ e a empresa LTA-RH Informática Comércio, Representações Ltda., para a aquisição e instalação de Computadores Servidores (Pregão Eletrônico 54/2010 - Processo 341.482) - Qtd: 2 unidades - Valor: R\$ 48.596,00;

Processo Judicial Eletrônico – PJe

O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros. Foi lançado oficialmente em 21 de junho de 2011 pelo Ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ.

O objetivo principal do CNJ é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial,

independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

Além disso, o CNJ pretende convergir os esforços dos tribunais brasileiros para a adoção de uma solução única, gratuita para os próprios tribunais e atenta para requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.

Atualmente o PJe encontra-se em processo de franco desenvolvimento colaborativo envolvendo a equipe do CNJ, Tribunais Regionais Federais da 2^a. e 5^a Regiões, Justiça do Trabalho e Tribunais de Justiça de Pernambuco e de Sergipe contando, inclusive, com o apoio de fábricas de software.

Mais informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/pje>

Sistema de Registro Eletrônico Imobiliário - SREI

O Sistema de Registro Eletrônico Imobiliário – SREI surgiu a partir da necessidade de modernização dos processos dos 553 Cartórios de Registro de Imóveis nos Estados componentes da Amazônia Legal. O projeto visa desde o ingresso até a manutenção e guarda permanente das informações, com a utilização de processos exclusivamente eletrônicos, a ser utilizado pelos vários cartórios, visando garantir a segurança, padronização e confiabilidade de registro de imóveis, com intercâmbio de informações para identificação de situações jurisdicionalmente relevantes.

Para solucionar estas questões, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Advocacia-Geral da União (AGU), assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 14 de junho de 2010 para a reformulação e a implementação de ações conjuntas relacionadas ao processo de regularização fundiária de ocupações, transferências, titulações e registros de terras públicas da União e do INCRA, situadas em áreas urbanas e rurais na Amazônia Legal.

Atualmente o projeto está nos procedimentos finais da definição do processo de modelo digital e elaboração dos requisitos para o piloto a ser implantado no Estado do Pará. Também estão sendo analisadas as condições e circunstâncias externas como, por exemplo, a comunicação, disponibilidade da internet, disponibilidade de equipamentos, recuperação e manutenção de documentos. Em função da abrangência e do uso de tecnologias de ponta para a concepção e desenvolvimento do projeto, ele está concebido para atender a todos os cartórios de registro de imóveis do País.

Comitê Nacional de Gestão de TI e Comunicação do Poder Judiciário

Tem como objetivo diagnosticar a situação de toda a rede informatizada do Poder Judiciário e apresentar sugestões para a uniformização e padronização desse sistema.

Criado por meio da Portaria-CNJ n. 222/2010, o comitê visa estabelecer diretrizes para segurança da informação, bem como ações de nivelamento de Tecnologia da Informação e Comunicação no que se refere à infraestrutura e à capacitação em disciplinas voltadas para melhoria da Governança de TIC nos tribunais.

Levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou que, em 2011, 37,36% dos tribunais brasileiros podem ser considerados com nível “satisfatório” na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), 49,45% apresentam nível “médio” e 13,19% receberam o status de “aprimorados”.

Informações sobre os questionários: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/aceso-aos-questionarios-de-tic>

Modelo Nacional de Interoperabilidade

O modelo nacional de interoperabilidade definido pelas equipes técnicas dos órgãos (STF - CNJ - STJ - CJF - TST - CSJT - AGU e PGR) de acordo com as metas do Termo de Cooperação Técnica nº 58/2009, visa estabelecer os padrões para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, e além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual. Modelo está na sua 2ª versão e em testes.

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/comite-nacional-da-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade>

Nivelamento de TIC e Modernização da Infraestrutura dos Tribunais (Doações)

A Resolução nº 90 visa o nivelamento de TIC, contribuindo para a execução dos planejamentos estratégicos em TI, elaborados pelos tribunais alinhados ao planejamento estratégico de TIC do poder judiciário por meio de doação de equipamentos e capacitação de TI.

Através do Projeto de Modernização (definido pela Resolução nº 90) vem ocorrendo doações de equipamentos aos tribunais de acordo com as informações prestadas pelos secretários de TI no Questionário de TIC e baseadas nos critérios de doações.

A partir da análise da pesquisa, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) planeja a quantidade de equipamentos de informática ou ações de infra-estrutura que serão necessários para suprir as necessidades dos tribunais como a compra de desktops, servidores e storage para garantir alta disponibilidade e aumentar a capacidade de armazenamento de dados. Há que se destacar também a política de capacitação de servidores do poder judiciário. Com base na pesquisa, foram capacitados 716 colaboradores de diversos tribunais em 09 cursos na área de TI.

Um dos exemplos foi a doação de aceleradores de link para tribunais de estados da Amazônia Legal, em 2010, após o levantamento do ano anterior onde mostrou a dificuldade de acesso à internet nesta região.

Abaixo o quadro com o quantitativo de Bens Doados aos Tribunais, incluindo 2011:

Esfera	Micros	No-breaks	Scanners	Storages	Servidores
Eleitorais	4291	4291	361	11	114
Estaduais	41348	32254	12718	18	68
Superiores	818	918	554	0	1
Federais	13124	11378	4200	1	8
Trabalhistas	3748	3158	2317	0	18
Militares	236	226	106	1	1
TOTAL	63.565	52.225	20.256	31	210

Tribunais Estaduais	Acelerador Core	Acelerador Tipo A	Acelerador Tipo B	Acelerador Tipo C	Gerência
TOTAL	22	95	95	95	10

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/doacoes/2010/460-rodape/acoes-e-programas/modernizacao-do-judiciario/doacoes/13584-doacoes-configuracoes-dos-equipamentos-2010>

Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares Contra Magistrados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que regulamenta normas relativas à aplicação de procedimentos disciplinares contra magistrados acusados de infrações administrativas.

Com o objetivo de dar mais transparência aos processos disciplinares contra juízes e desembargadores nas corregedorias e tribunais locais, o CNJ disponibiliza o acompanhamento desses processos nesta página. O sistema é alimentado mensalmente pelas próprias corregedorias e tribunais.

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/presidencia>

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) visa à articulação e à atuação conjunta entre órgãos públicos que trabalham com a fiscalização, o controle e a inteligência como forma de aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integra o grupo de instituições públicas engajadas com a Enccla, que hoje reúne cerca de 70 órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto no estadual, além do Ministério Público.

Uma vez por ano, esses órgãos se encontram para estabelecer metas para o desenvolvimento de política pública eficaz na coibição de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Entre as metas da Enccla para 2010, o CNJ regulamentou a quebra de sigilo bancário e a criação do Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA), ferramenta que consolida em um único banco de dados as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais em todo o território nacional. A Enccla foi instituída em 2003 e é coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça.

Veja os resultados dos questionários: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/enccla/resultado-dos-questionarios-lavagem-de-dinheiro-corrupcao-e-improbidade-administrativa>

Sistema de Gestão de Precatórios

Em outubro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução 92, criando o Sistema de Gestão de Precatórios (SGP). Por meio desse banco de dados - que está sendo alimentado pelos tribunais de Justiça - o CNJ pretende conhecer a realidade nacional sobre a questão dos precatórios.

De acordo com a Resolução nº 115, o Sistema de Gestão de Precatórios recebe as informações dos tribunais através do serviço de Webservice sobre todos os processos referente a precatórios e desta forma o CNJ pode consolidar os dados e traçar um panorama da situação de pagamento.

Mais informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/413-rodape/acoes-e-programas/modernizacao-do-judiciario/13258-sistema-de-gestao-de-precatorios>

Sistema de Cadastro de Devedores Inadimplentes (CEDIN):

O Cedin faz parte do Sistema de Gestão de Precatórios (SGP) do CNJ e tem como objetivo cadastrar Estados e Municípios que estão inadimplentes com o pagamento de precatórios nos termos da Emenda Constitucional 62.

Se um Estado ou município estiver no Cedin, não poderá receber empréstimos internos ou externos e nem transferências voluntárias da União, de acordo com a resolução 115 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mais informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/cedin/public/EntidadeInadimplente/certidao>

Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

As informações dos mandados de prisão expedidos pelos tribunais estão disponíveis na internet para o público em geral. “O BNMP (conforme art. 289-A da Lei 12.403/2011) está disponibilizado na rede mundial de computadores, assegurado o direito de acesso às informações dos mandados vigentes a toda e qualquer pessoa, independentemente de prévio cadastramento ou demonstração de interesse, sendo de responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça a sua manutenção e disponibilização”, de acordo com o artigo 2º da resolução 137.

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/sistemas/bnmp>

Sistema Justiça ao Jovem:

O Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é o novo nome do projeto responsável por analisar unidades de internação de jovens em conflito com a Lei. Lançado em junho de 2010, sob a denominação de Medida Justa, o projeto já passou por vinte Estados e foi elaborado para que os adolescentes sob custódia do estado tenham tratamento diferenciado dos adultos, hoje cuidados pelo Mutirão Carcerário.

A equipe do programa Justiça ao Jovem tem como função verificar a situação processual de todos os adolescentes que estão em conflito com a lei no Brasil. A intenção é realizar diagnóstico das medidas socioeducativas em cada unidade da federação, para conhecer a realidade nacional. Uma das recomendações é de que os sistemas socioeducativos estaduais sejam adequados às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE).

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/pj-medida-justa>

Sistema Geopresídios

O sistema Geopresídios, que trabalha as informações prestadas pelos magistrados por força da Resolução n. 47, tem como objetivo listar através de um mapa as informações relativas a quantidade de presídios existentes no Brasil.

Quantidade de vagas

Quantidade presos (M/F)

Percentual de presos provisórios

Quantidade de estabelecimentos

Quantidade de presas

Quantidade de presos

Déficit de vagas

Maiores informações acesse: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/detentos-e-ex-detentos/geopresidios-page>

CNIP – Central Nacional de Informações Processuais

Para uma organização da dimensão do CNJ, composto hoje de 47 sistemas em produção e um crescimento anual de 17,2% em relação ao desenvolvimento de sistemas, pode-se inferir que a sua atual capacidade para entregar resultados é amplamente inferior às demandas, mesmo quando considerando o apoio de empresas terceirizadas. Não existe homogeneidade e integração entre os sistemas existentes de administração dos processos judiciais, além de forte carência de sistemas gerenciais adequados em todos os níveis de funcionamento.

Considere-se ainda que os Tribunais Brasileiros possuem entre si distintos sistemas de Informação para automação de sua atividade finalística, o que dificulta a coleta de dados, a construção de conhecimento e a melhoria do Sistema Judicial. Os níveis de dependência dos processos de trabalho aos sistemas informatizados exigem que um ambiente destinado a hospedar tais ativos possua alto nível de disponibilidade. O valor das informações a serem protegidas, por sua vez, exige a construção de ambiente com elevado nível de proteção contra incidentes.

Com o intuito de atender a esta demanda, o CNJ optou pela implantação da Central Nacional de Informações Processuais - CNIP, com o propósito de integrar as bases de dados do CNJ e de todos os Tribunais Brasileiros, independente da Instância de cada processo.

As funcionalidades previstas para a Central Nacional de Informações Processuais – CNIP são:

1. Disponibilizar em ponto único consulta de informações processuais de todos os Tribunais Brasileiros, onde estarão envolvidos o CNJ e a unidade de informática de todos os tribunais.
2. Permitir emissão de certidões com validade nacional, por meio da disponibilização de um ponto único a emissão de certidões, com validade nacional, de todos os Tribunais Brasileiros.
3. Geração de dados estatísticos sobre processos judiciais de forma centralizada com uma interface única de acesso, consolidando informações de todos os Tribunais Brasileiros (Jurimetria).

Destaque-se que a solução definida está alinhada com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2009 a 2012 (Resolução 70 de 18/03/200 do CNJ) e com o Plano Estratégico de TIC do Poder Judiciário (Resolução 99 de 24/11/2009.).

Data Center

Com a decisão da implantação da CNIP, surgiu a necessidade do CNJ construir o seu próprio data center para permitir a inadiável expansão de sua infraestrutura de TI criando um ambiente físico seguro que propicie a alta disponibilidade e a confidencialidade da Central Nacional de Informações Judiciais e dos outros sistemas computacionais do CNJ. Ressalte-se que até então toda a infraestrutura de TI do CNJ estava hospedada no data center do STF que não dispõe de espaço para ampliações.

O CNJ entendeu ser imprescindível a aquisição de Sala Cofre certificada, conforme as normas técnicas apropriadas, já que por se tratar de ambiente altamente complexo, que deverá proteger o Datacenter contra fogo, calor, umidade, gases corrosivos, fumaça, água, roubo, arrombamento, acesso indevido, sabotagem, impacto, pó, explosão, magnetismo, armas de fogo, etc, somente através do processo de certificação é que se tem a confirmação da mínima proteção de nossos dados e informações.

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO – COMPOSIÇÃO DOS BALANÇOS

O Orçamento do CNJ é concentrado em um único programa, denominado Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário – código 1389. Abaixo uma visão geral da execução orçamentária deste Conselho.

Quadro 6. Execução do Programa 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário.

Programa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Crédito Indisponível Bloqueio de Crédito	Orçamento Disponível	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp. Executada por Insc. Em RP Não-Proc
1389	195.312.144,00	172.686.966,00	20.115.557,00	152.571.409,00	150.868.763,36	81.447.547,99	69.421.215,37
Total:	195.312.144,00	172.686.966,00	20.115.557,00	152.571.409,00	150.868.763,36	81.447.547,99	69.421.215,37

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Do orçamento inicial de R\$ 195.312.144,00 restou ao final do exercício Dotação atualizada de R\$ 172.686.966,00, sendo que R\$ 20.115.557,00 ficaram contingenciados, restando um Orçamento Disponível para executar de R\$ 152.571.409,00.

Destes, R\$ 150.868.763,36 foram empenhados, o que representa uma execução de 98,88%, sendo que R\$ 69.421.215,37 foram executados por inscrição em restos a pagar não processados.

Das despesas empenhadas 48,06% representam investimentos, em especial para os projetos 11E6 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-jus) e 1K27 - Modernização da infra-estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira. Esclareça-se ainda que, 39% das despesas empenhadas foram gastas em outras despesas correntes e 12,94% em pessoal e encargos, conforme tabela abaixo.

Quadro 7. Distribuição do gasto por grupo de despesa.

Programa	Grupo de Despesa	Despesas Empenhadas	%
1389 1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.521.619,57	12,94%
1389 3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.839.845,34	39,00%
1389 4	INVESTIMENTOS	72.507.298,45	48,06%
		150.868.763,36	100,00%

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

A seguir o detalhamento da execução do programa por ação e grupo de despesa.

Quadro 8. Detalhamento da execução do programa por ação e grupo de despesa.

Projeto/Atividade	GND	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
09HB CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	1	1.664.633,00	1.813.633,00	1.562.898,59	1.560.698,59	2.200,00
0C04 CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES - PESSOAL ATIVO	1	675.000,00	-	-	-	-
11E6 IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NO PODER JUDICIARIO (E-JUS)	3	35.440.000,00	19.303.165,00	15.812.523,91	14.758.068,13	1.054.455,78
	4	34.817.500,00	26.453.057,00	19.487.253,96	2.754.258,91	16.732.995,05
1K27 MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO DA JUSTICA BRASILEIRA	3	19.553.000,00	10.788.746,00	10.319.739,27	9.209.403,34	1.110.335,93
	4	33.725.000,00	50.565.354,00	50.541.913,29	4.930.783,93	45.611.129,36
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	3	844.968,00	813.968,00	438.383,57	396.282,27	42.101,30
2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS	3	147.872,00	177.872,00	173.210,78	173.210,78	-
2011 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	15.840,00	16.840,00	16.004,10	16.004,10	-
2012 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	1.099.080,00	1.099.080,00	1.090.955,17	1.090.955,17	-
20AK CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚB. FED. DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES.	3	149.000,00	-	-	-	-
2549 COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL	3	8.000.000,00	6.400.000,00	6.234.809,31	5.482.832,74	751.976,57
2B65 APRECIACAO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	1	17.257.251,00	18.432.251,00	17.958.720,98	17.130.027,56	828.693,42
	3	27.864.000,00	27.364.000,00	22.456.854,86	20.462.691,40	1.994.163,46
	4	8.559.000,00	5.059.000,00	2.418.131,20	1.824.217,19	593.914,01
2B66 COORDENACAO NACIONAL DE ESTATISTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIARIO	3	4.000.000,00	3.140.000,00	1.455.519,60	854.330,40	601.189,20
	4		60.000,00	60.000,00	55.000,00	5.000,00
4091 CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	3	1.500.000,00	1.200.000,00	841.844,77	748.783,48	93.061,29
Total:		195.312.144,00	172.686.966,00	150.868.763,36	81.447.547,99	69.421.215,37

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

Apresenta-se abaixo a execução orçamentária de acordo com a classificação funcional da despesa. Nota-se que toda a despesa está concentrada em uma única função – Judiciária.

Analisando a execução por Subfunção verifica-se que 92,68% do Orçamento Disponível está concentrado da seguinte forma: 63,03% - Tecnologia da Informação, responsável pela implantação dos projetos 11E6 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdiccional no Poder Judiciário (E-JUS) e 1K27 – Modernização da Infra-Estrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira e cerca de 29,65% - Controle Externo, executado nas ações 2B65 - Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e 2B66 - Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário.

Quadro 9. Execução orçamentária de acordo com a classificação funcional da despesa.

Função	Subfunção	Dotação Líquida	% Orç. Disponível	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
JUDICIÁRIA	02 126 Tecnologia da Informação	96.161.430,43	63,03%	91.456.286,27	26.947.835,60	64.508.450,67
	032 Externo	45.244.519,86	29,65%	42.233.906,96	38.854.228,25	3.379.678,71
	131 Social	6.400.000,00	4,19%	6.070.200,95	5.318.224,38	751.976,57
	122 Administração Geral	1.813.633,00	1,19%	1.562.898,59	1.560.698,59	2.200,00
	306 Alimentação e Nutrição	1.099.080,00	0,72%	1.090.955,17	1.090.955,17	-
	128 Formação de RH	844.065,71	0,55%	822.265,04	729.203,75	93.061,29
	301 Atensão Básica	813.968,00	0,53%	399.317,61	357.216,31	42.101,30
	365 Educação Infantil	177.872,00	0,12%	173.210,78	173.210,78	-
	331 Proteção e Benef. ao Trabalhador	16.840,00	0,01%	16.004,10	16.004,10	-
	TOTAL		152.571.409,00	100,00%	143.825.045,47	75.047.576,93

Fonte: SIAFI Gerencial (consulta por unidade orçamentária)

6.1 – Principais aspectos da composição dos Balanços

A seguir tabela abaixo com análise horizontal e vertical do exercício 2011, com intuito de analisar os principais itens dos demonstrativos.

Quadro 10. Análise horizontal e vertical do exercício de 2011.

ITEM	INFORMAÇÃO	METODOLOGIA DE CÁLCULO	DEMONSTRAÇÃO / DESCRIÇÃO DO ITEM	VALORES	COMENTÁRIOS	
1	Análise Horizontal	Todas as variações > 100%				
		1ª MAIOR VARIAÇÃO	286877,76/28272,7	Depósitos de Diversas Origens	914,68%	O aumento decorrente de valores liquidados glosados preventivamente para providências quanto análise de recursos de provável multa aos credores.
		2ª MAIOR VARIAÇÃO	403857,52/49766,40	Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	711,51%	O aumento na variação referente, principalmente, à inscrição de servidor responsável por perda de bens móveis e cessão de uso de veículos pertencente ao TJGO.
		3ª MAIOR VARIAÇÃO	64589269,14/25269425,03	Baixa de Bens Móveis	155,60%	O aumento decorrente principalmente em função de desincorporação de bens móveis por doação, em função da política de modernização do Poder Judiciário.
		Todas as variações > R\$ 1.000.000.000,00				
		1ª MAIOR VARIAÇÃO	141487.109,87-89580170,34	DECRESCIMOS PATRIMONIAS	51.906.939,53	O aumento decorrente principalmente em função de desincorporação de bens móveis por doação, em função da política de modernização do Poder Judiciário.
2	Análise Vertical	BP - Imobilização do Ativo	Imobilizado/Ativo Total	41080940,99/190185894,48	21,60%	Considerou-se o valor do Ativo Real para fins de apuração do índice de imobilização do ativo.
		BO - Outras Despesas Correntes sobre Despesa Corrente	Outras DC/Despesa Corrente	53732595,05/73254214,62	73,35%	
		BO - Despesa de Pessoal sobre Despesa Corrente	Pessoal/Despesa Corrente	19521619,57/73254214,62	26,65%	
		BO - Despesa de Capital sobre Total de Despesa	DCap/Despesa Total	71802293,29/145056507,91	49,50%	Representa que da totalidade do orçamento executado a maioria do volume efetivo foram destinados para investimentos públicos, especialmente nas aquisições de equipamentos e softwares.
		DVP - Acréscimo sobre Variações Ativas	Acréscimo / Variações Ativas	72739785,63/306378564,91	23,74%	Demonstra a incorporação de novos ativos no patrimônio
		DVP - Decréscimo sobre Variações Passivas	Decréscimo/Variações Passivas	141487109,87/306378564,91	46,18%	A maioria do volume de recursos demonstra que na Unidade houve reduções significativas no resultado patrimonial proveniente de baixa de ativos.
3	Imobilização do Capital Próprio	(Ativo Não Circulante - Ativo Realizável a Longo Prazo)/PL	45226677,36/128168067,36	35,29%	Devido a ausência do grupo não circulante no Balanço Patrimonial deste Conselho, apurou-se o índice através da fórmula: Permanente/PL.	
4	Endividamento Real	Passivo Real/Ativo Real	1791189,16/129959256,52	1,38%		

6.1.1 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Evidencia também as despesas por categoria econômica e confronta o orçamento inicial e suas alterações com a execução, de modo a demonstrar o resultado orçamentário.

Convém explicitar que na Coluna "Economia ou Excesso na Execução de Despesa" contém o montante de R\$ 21.814.517,71, ocorre que durante o exercício de 2011 houve frustração na arrecadação das receitas prevista, deste modo este Conselho procedeu ao ajuste, ou seja, contingenciamento, no Orçamento, na ordem de R\$ 20.115.557,00, sendo composto pelo valor de R\$ 9.630.112,55 - Despesas de Capital/Investimento e o restante de R\$ 10.485.444,45 - Outras Despesas Correntes. Portanto, o saldo disponível nessa Coluna no Balanço é de R\$ 1.698.960,71.

Destaca-se que da totalidade do orçamento executado a maioria do volume efetivo cerca de 49,50% foram destinados para investimentos públicos, especialmente nas aquisições de equipamentos e softwares em decorrência da política de modernização da infra-estrutura da tecnologia da informação da justiça brasileira.

Observa-se que na Coluna Déficit Orçamentário Total apresenta o valor negativo de R\$ 145.056.507,91 representando que este Conselho não é agente arrecadador de receitas. Logo para executar despesas orçamentárias com a prestação de serviços públicos e realizar investimentos depende de recursos do Tesouro Nacional, por intermédio de movimentações financeiras.

Detalhamos abaixo os valores dos Destaques Concedidos, e Recebidos, respectivamente, de R\$ 7.047.402,82 e R\$ 1.231.462,44 para melhor elucidação:

Destaques Concedidos:

Ao Supremo Tribunal Federal – STF - com base no Segundo Protocolo de Cooperação Técnica STF/CNJ, destinado ao ressarcimento pela utilização de serviços e contratos do STF para atender às demandas do CNJ, no valor total de R\$ 493.813,84, abrangendo materiais e serviços nas áreas de informática, vigilância, brigadista, ascensorista, portaria, carpintaria, manutenção predial, prestação de serviços de áudio e vídeo e de programas de televisão e divulgação institucional, por meio da Rádio e TV Justiça. O repasse abrange também as despesas com atendimento médico e odontológico e do berçário. Processo 343876

Ao Tribunal de Contas da União – TCU- por intermédio, do Termo de Termo de Cooperação nº 01/2011-CNJ/TCU cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância, brigadista e manutenção predial prestados no edifício localizado na W-3 Norte, SEPN 514, Bloco “B”, em Brasília, descentralizamos o montante de R\$ 287.319,71. Processo 345081.

Ao Conselho da Justiça Federal – CJF - destinado o montante de R\$ 45.605,51, para atender despesas com o Termo de Cooperação nº 01/2011-CNJ/CJF/STF, cujo objeto é a realização de serviços gráficos relativos à comunicação institucional do CNJ e do STF. Processo 343425

Ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF 5ª - destacou-se o montante de R\$ 4.705.144,16, para atender os objetos dos Termos de Cooperação nº 03/2010 e 05/2011, para desenvolvimento, ampliação e aprimoramento do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe. Processos 340118 e 346015. O Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros. O objetivo principal buscado pelo CNJ é elaborar e manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA – destaque de R\$ 119.960,00 referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 02/2010- CNJ/IPEA que objetiva a execução de pesquisa denominada “Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal da União”. Processo 333.817

A Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES – no montante de R\$ 1.395.559,60. O destaque refere-se ao Termo de Cooperação Técnica nº 01/2010-CNJ/CAPES, que tem como objeto a realização de atividades de fomento à pesquisa. Processo 339.156

Destaques Recebidos:

Do Tribunal Superior do Trabalho – no montante de R\$ 189.000,00. O destaque refere-se ao Termo de Cooperação Técnica entre o TST e o CNJ, constante do processo TST-501.122/2011-0 e ao atendimento de despesas relativas a campanha institucional da semana da execução trabalhista no processo TST-503.050/2011-4.

Da Presidência da República – no montante de R\$ 14.000,00. O destaque refere-se ao atendimento de despesas com elaboração de vídeo, conforme Ofício 103/2011-SE-SAE/PR, Despacho 449/2011-SE-DIRETOR/SAE/PR. Processo PR 00018.001084/2011-71

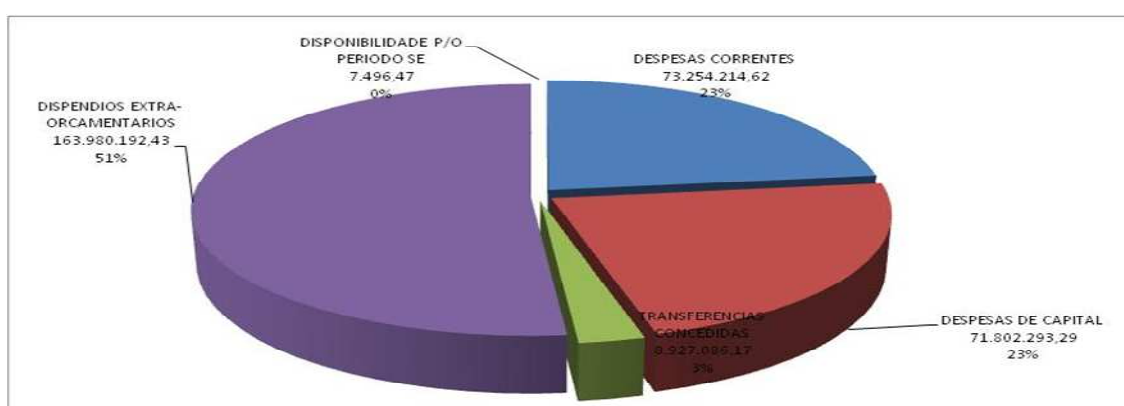
Do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA – no montante de R\$ 1.028.462,44. O destaque refere-se ao Termo de Cooperação nº 04/2010 celebrado entre o CNJ e o INCRA – Projeto Terra Legal. Processo INCRA 56377.000184/2010-74.

6.1.2 – Balanço Financeiro

Este demonstrativo visa apresentar o fluxo dos recursos financeiros no ano, demonstrando a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-

orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

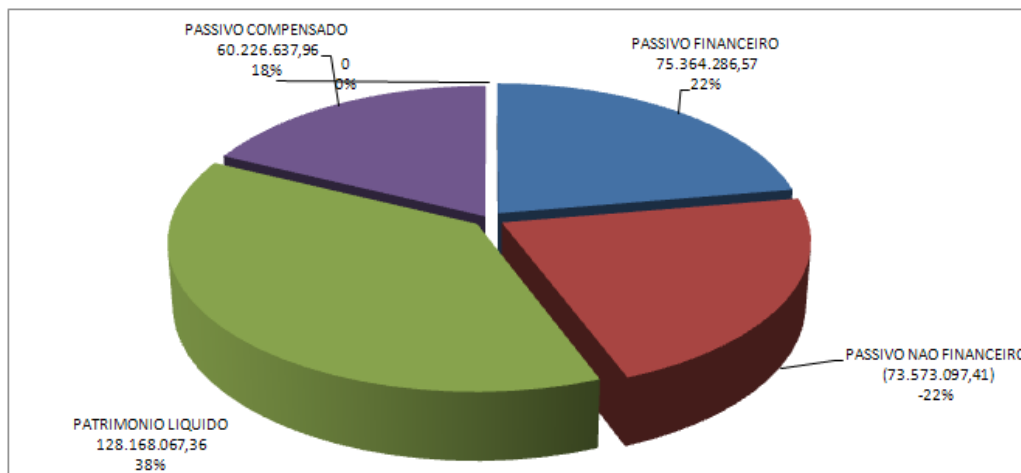
Destacam-se neste demonstrativo os valores recebidos do tesouro a título de transferência orçamentária para custear as despesas do exercício, bem como os ingressos extra-orçamentários recebidos para fazer frente aos valores inscritos em restos a pagar.



No Balanço na coluna dos Dispêndios na conta de Depósitos Diversas Origens no exercício de 2011 ocorreu uma variação de R\$ 914,68% comparado aos valores de 2010 em face do aumento dos valores liquidados glosados preventivamente para providências quanto análise do recurso em relação aos descumprimentos contratuais dos credores.

6.1.3 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.



Deve ser esclarecido que no imobilizado na conta “bens móveis e Imóveis” consta o total de R\$ 42.161.974,69, todavia há no patrimônio deste Conselho bens móveis que aguardam o término de procedimento de doação na ordem de R\$ 15.217.929,46, conforme informações extraídas do sistema de patrimônio - ASI. Nesse sentido, o valor ajustado da conta “Bens Móveis e Imóveis” seria de R\$ 26.949.045,23.

Cabe destacar neste demonstrativo o baixo passivo real deste Conselho, frente a sua disponibilidade financeira. Isto se deve ao fato de grande parte do financeiro para pagamento dos restos a pagar já estar na posse do CNJ em 31/12/2011.

Convém ressaltar, o valor o Patrimônio Líquido do Órgão, da ordem de R\$ 128.168.067,36, sendo que R\$ 10.893.345,08 referem-se ao resultado do exercício de 2011.

Na conta de Passivo Não Financeiro consta o valor total de R\$ 73.573.097,41 relativo à retificação da inscrição da conta de Restos a Pagar não Processados-RPNP, sendo composto pelo o valor de R\$ 4.438.380,34 oriundo de despesas reinscritas em RPNP de 2010, e o restante com despesas RPNP de 2011, na quantia de R\$ 69.134.717,07. No tocante, as despesas RPNP de 2011 cerca de aproximadamente R\$ 62,9 milhões se referem a gastos com investimentos para modernizar a infra-estrutura da tecnologia da informação da Justiça Brasileira.

6.1.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração busca evidenciar as alterações ocorridas no patrimônio.

Cabe destacar os decréscimos patrimoniais decorrente da baixa de bens móveis, no montante de R\$ 65.780.287,14. Tais baixas decorrem de doação de equipamentos adquiridos pelo CNJ para modernizar a Justiça Brasileira.

Em relação às receitas, não houve previsão de arrecadação. Contudo, houve a realização de Outras Receitas Correntes, no montante de R\$ 178.150,81, sendo que a maior parte de R\$ 116.512,79 provém de multas aplicadas por este Conselho aos contratados e logo após devidamente recolhidas para o Tesouro Nacional.

Este Conselho não obteve recursos provenientes da alienação de ativos, nos termos do inciso VI do art. 50 da LRF.

6.1.5 – Demonstração das Disponibilidades

Em 2011 foi apurado um superávit de R\$ 8.949.920,26. Este demonstrativo foi utilizado para a elaboração do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa (anexo V do Relatório de Gestão Fiscal), exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 55, inciso III, alínea “a”, comprovando a disponibilidade de caixa líquida para fazer frente à inscrição em restos a pagar não processados do exercício.

7. NOTAS EXPLICATIVAS

1. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei nº 4.320/1964 e com as normas editadas pelo Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, nos termos da Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009.

2. As Demonstrações Contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Nacional de Justiça, EXCETO no tocante a:

a) não houve reavaliação e / ou redução na conta de Bens Móveis - Equipamentos e Processamentos de Dados e, também, de Veículos, adquiridos em exercícios anteriores a 2010, em face de problemas técnicos e operacionais ocorridos no sistema de patrimônio utilizado por este Órgão.

b) Também informo que não houve o registro contábil de depreciação dos bens adquiridos em 2010, somente no mês dezembro de 2011, na ordem de R\$ 98.046,96, em face de problemas técnicos e operacionais no sistema de patrimônio utilizado por este Órgão. Convém destacar, que o registro pertinente da depreciação foi procedido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores Patrimoniais, no exercício de 2012. Portanto, de modo a retratar a adequada situação patrimonial o valor da conta de "Depreciações, Amortizações e Exaustões" é de R\$ 1.179.080,66.

3. O Conselho Nacional de Justiça é um Órgão do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Contudo, até a Lei Orçamentária para o exercício de 2009, o CNJ era uma Unidade Orçamentária (código 10102) dentro do Órgão Orçamentário Supremo Tribunal Federal (código 10000). Somente a partir da Lei Orçamentária para o exercício de 2010 o CNJ passou a ser um Órgão Orçamentário (código 17000);

4. Em continuidade ao processo de contabilização da depreciação, iniciado em 2010, informo que os registros contábeis estão de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330. As principais diretrizes para o registro da depreciação foram: (a) depreciação dos bens adquiridos no exercício 2010, (b) método das cotas constantes e (c) utilização da tabela de vida útil e valor residual. Este procedimento provocou um impacto negativo no Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 1.081.033,70 (hum milhão, oitenta e um mil e trinta e três reais e setenta centavos).

8. CONCLUSÃO

O foco do presente Relatório é no atendimento às exigências legais previstas no art. 56 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e no art. 101 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2010.

Nesta oportunidade, ao encaminhá-lo ao Congresso Nacional, deve-se destacar que a sua conotação orçamentária e análise contábil, complementa as minuciosas informações prestadas pelo Relatório Anual em atendimento ao disposto no artigo 103-B, § 4º, inciso VII, da Constituição Federal, relativo ao exercício de 2011 (Anexo I).

Por fim, registre-se ainda, que o CNJ coordena além de todas as ações atinentes ao Poder Judiciário explicitadas no Relatório Anual, as medidas relativas à transparência na execução financeira e orçamentária, por intermédio de seus instrumentos legais (Resoluções, Atos Normativos).